

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO GESTÃO E FINANÇAS

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

FUNDAÇÃO HEMOMINAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
CONFORMIDADE COM AS NBCASP**

Ano Exercício 2021

Belo Horizonte, 07 de abril de 2022

Sumário

1 INTRODUÇÃO	3
2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	5
3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	6
3.1 RECEITAS	7
3.1.1 Notas Explicativas - Receitas Orçamentárias	9
3.1.1.1 RECEITAS CORRENTES	12
3.1.1.1.2 Receitas Patrimoniais	12
3.1.1.1.3 Receita de Serviços	14
3.1.1.1.4 Outras Receitas Correntes	15
3.1.1.2 RECEITA DE CAPITAL	16
3.1.1.2.1 Alienação de bens	17
3.1.1.2.2 Transferências de Convênios	18
3.1.2 Notas Explicativas - Receita Intra Orçamentária	18
3.2 DESPESAS	20
3.2.1 Notas Explicativas - Despesa Orçamentária	21
4 Restos a pagar	29
4.1 Restos A Pagar Não Processados - Inscrições	30
4.2 Restos A Pagar Processados	31
5 Dívida Flutuante	32
6 BALANÇO FINANCEIRO	33
6.1 Balanço Financeiro – Receitas	34
6.2 Balanço Financeiro – Despesas	35
7 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	36
8 BALANÇO PATRIMONIAL	39
9 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)	41
9.1 Notas Explicativas – Variações Patrimoniais Aumentativas	42
9.2 Notas Explicativas – Variações Patrimoniais Diminutivas	43
9.3 Resultado Patrimonial	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar a análise das demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2021, consoantes as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Nesta perspectiva, destaca-se que as informações que serviram de base para o exame das informações atinentes a execução orçamentária, financeira e patrimonial da Fundação HEMOMINAS, foram encaminhadas através da Superintendência Central de Contadoria Geral da Secretaria de Estado de Fazenda (SCCG/SEF).

Neste contexto, ressalta-se que a exigência da apresentação do Balanço Público pelo ente da federação está prevista no art.101 da Lei 4.320/64, que *“Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”*:

“Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, segundo os Anexos números 12, 13, 14 e 15. (...)”.

Assim, destaca-se que as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram atualizadas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

Deste modo, os demonstrativos enumerados a seguir são exigidos para fins de apresentação das demonstrações contábeis nos termos do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP):

- a. Balanço Patrimonial;
- b. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- c. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- d. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- e. Balanço Orçamentário;
- f. Balanço Financeiro;
- g. Notas explicativas, compreendendo a descrição sucinta das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas; e
- h. Informação comparativa com o período anterior.

Dessa forma, a análise das demonstrações contábeis será realizada por meio de notas explicativas relativas ao Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, da Demonstração das Variações Patrimoniais, da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), evidenciando os resultados do desempenho da Fundação Hemominas durante o exercício de 2021, em consonância com o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), face aos recursos que lhe são confiados, em prol da transparência, da prestação de contas e da responsabilidade na gestão pública.

Sendo assim, a Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais - Hemominas, com personalidade jurídica própria, de direito público, vinculada à Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG), evidenciará por meio das notas explicativas, os resultados decorrentes do cumprimento das políticas estaduais relativas à hematologia e hemoterapia, com o objetivo garantir à população, a oferta de sangue e hemoderivados de qualidade.

2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), tem como objetivo fornecer aos usuários, informações úteis sobre os resultados alcançados e outros dados de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira das entidades do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, a adequada prestação de contas, a transparência da gestão fiscal e a instrumentalização do controle social.

Desta forma, as demonstrações contábeis da Fundação Hemominas, com personalidade jurídica de direito público, serão apresentadas em conformidade as NBCASP, entre outros preceitos inerentes as entidades do setor público.

A partir destas considerações, destaca-se que a presente nota explicativa busca também evidenciar as informações e detalhamentos mais relevantes para subsidiar os usuários das informações o entendimento acerca das demonstrações contábeis da Fundação, dentre outros objetivos, como:

- Demonstrar o cumprimento as legislações vigentes;
- Apoiar no processo de prestação de contas;
- Apoiar a tomada de decisão dos dirigentes;
- Compor os instrumentos de transparência da gestão fiscal;
- Fornecer meios para controle social;

Em vista disso, o detalhamento a ser evidenciado a seguir, busca detalhar e analisar os efeitos nos balanços do setor público, das transações de natureza orçamentária, financeira e patrimonial, decorrentes das ações vinculadas à Fundação no cumprimento de sua missão institucional.

Destaca-se ainda, que algumas informações apresentadas foram ilustradas de forma simplificada, de modo a auxiliar o entendimento sobre as demonstrações contábeis e destacar as informações consideradas mais relevantes à análise. Entretanto, os dados com as disposições originais serão divulgados conjuntamente a esta nota explicativa.

3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Lei 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que este demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Conforme disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (2018), o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.

Demonstrará também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário é um demonstrativo fundamental para averiguar o planejamento proposto, além de tornar transparente a execução e o controle público, sendo composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- c. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

Neste sentido, os dados do “Quadro 01” demonstram o Balanço Orçamentário referente ao exercício de 2021, em observância à Lei nº 4.320/64, compatibilizando as disposições contidas na NBC TSP 11, na NBC TSP 13 e na legislação aplicável.

Segundo o art. 102 da Lei n. 4.320/64:

“O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.”

Assim, destaca-se que pertencem ao exercício, as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas, constituindo o regime contábil misto, em que as receitas são reconhecidas pelo regime de caixa (arrecadação) e as despesas pelo regime de competência (empenho).

Para o exercício financeiro de 2021, foi sancionado o Orçamento Fiscal por intermédio da Lei Estadual nº 23.751, de 30 de dezembro de 2020, a partir da qual foram estimadas receitas no montante de R\$ 309.200.281,00 e fixadas as despesas em igual importância, cumprindo o princípio do equilíbrio orçamentário.

Por meio do Balanço Orçamentário também é possível avaliar a efetividade do planejamento, quando se compara a previsão inicial da receita com a receita realizada, bem com a dotação inicial com a despesa empenhada.

3.1 RECEITAS

Em sentido amplo, as receitas compreendem os ingressos de recursos financeiros aos cofres públicos. Neste sentido, a receita orçamentária constitui-se em duas grandes categorias: as receitas correntes e as receitas de capital.

Nos termos da Lei nº 4.320/64, destaca-se que a composição das receitas correntes:

“São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.”

Em relação as receitas de capital, a norma define:

“São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.”

Neste contexto, o “quadro 1” apresenta as receitas destacadas no balanço orçamentário da Fundação:

Quadro 01 - Balanço Orçamentário Fundação Hemominas - Receitas

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISTA ATUALIZADA (A)	AV (%)	RECEITAS REALIZADAS (B)	AV (%)	AH (%)	SALDO (B-A)
RECEITAS						
CORRENTES	19.048.758,00	5,17	19.240.808,44	5,24	1,01	192.050,44
Receita Patrimonial	216.166,00	0,06	266.631,04	0,07	23,35	50.465,04
Receita de Serviços	18.611.100,00	5,05	17.623.931,01	4,80	-5,30	-987.168,99
Outras Receitas						
Correntes	221.492,00	0,06	1.350.246,39	0,37	509,61	1.128.754,39
RECEITAS DE CAPITAL	2.837.289,00	0,77	115.107,41	0,03	-95,94	
						2.722.181,59
Alienação de Bens	6.790,00	0,00	9.400,00	0,0026	38,44	2.610,00
Transferências de Capital	2.830.499,00	0,77	105.707,41	0,03	-96,27	-2.724.791,59
RECEITAS INTRA ORÇAMENTÁRIA	346.521.779,00	16,29	348.022.985,77	94,73	0,43	1.501.206,77
Receita de Serviços	60.026.580,00	16,29	81.239.472,27	22,11	35,34	21.212.892,27
Transferências						
Correntes	286.494.199,00	0,00	266.774.946,67	72,62	-6,88	
Outras Receitas						
Correntes	1.000,00	0,00	8.566,82	0,00	756,68	7.566,82
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	368.407.826,00	22,23	367.378.901,62	100,00	-0,28	1.028.924,38

Fonte: Balanço Orçamentário – Fundação Hemominas 2021.

***AV - Análise vertical / AH – Análise horizontal**

A previsão atualizada reflete a reestimativa da receita decorrente de, por exemplo:

- a. abertura de créditos adicionais, seja mediante excesso de arrecadação ou contratação de operações de crédito;
- b. criação de novas naturezas de receita não previstas na LOA;
- c. remanejamento entre naturezas de receita; ou
- d. atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas após a data da publicação da LOA.

Comparativamente ao exercício anterior, em que a previsão atualizada foi de R\$ 331.523.929,00, tivemos um aumento de 11,34%, principalmente devido ao aumento de 35,34% na estimativa realizada para as receitas de serviços Intra Orçamentárias.

Entretanto, considerando as receitas realizadas, que correspondem as receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, pela rede bancária, verifica-se que as transferências de capital foram de R\$ 105.707,41, valor consideravelmente bem menor que o valor previsto (R\$ 2.830.499,00).

Em relação a 2020, destaca-se também um aumento das receitas realizadas em 23,17%, provocada principalmente pela execução nas receitas intra orçamentárias de serviços.

Gráfico 1 – Receitas Fundação Hemominas (2020 - 2021)



Fonte: Balanço Orçamentário – Fundação Hemominas (2020/2021).

3.1.1 Notas Explicativas - Receitas Orçamentárias

A constituição das receitas da Fundação Hemominas está disposta no Decreto 48.023/2020, de 17/08/2020 em seu art. 46, que dispõe:

“Art. 45 – Constituem receitas da Hemominas:

I – dotações consignadas no orçamento do Estado; 08/09/2020 Imprimir Documento 24/24

II – recursos federais ou de qualquer origem ou natureza, inclusive doações e

patrocínios;

III – recursos provenientes de convênios com organizações públicas ou privadas;

IV – renda resultante da prestação de serviços em sua área de atuação, ressalvado o impedimento de auferir receita com a comercialização de sangue, hemocomponentes e hemoderivados, tecidos e células.”

Sendo assim, as fontes/procedências das receitas da Fundação Hemominas, no orçamento de 2021, foram:

Fonte/Procedência 10.1 - Tesouro do Estado: recursos provenientes do orçamento do Estado/Fundo Estadual de Saúde/SES;

Fonte/Procedência 24.1 Receitas de Convênio: repasses que são assegurados através de projetos apresentados aos organismos de fomento para custear os investimentos da Fundação Hemominas nas áreas de capacitação de servidor, equipamentos da área finalística e reforma/construção de sedes. Neste sentido, o principal financiador dos projetos da Fundação Hemominas é o Ministério da Saúde, por meio do Fundo Nacional de Saúde.

Fonte/Procedência 60.1 Receita Diretamente Arrecadada – RDA: recursos provenientes de arrecadação própria da instituição.

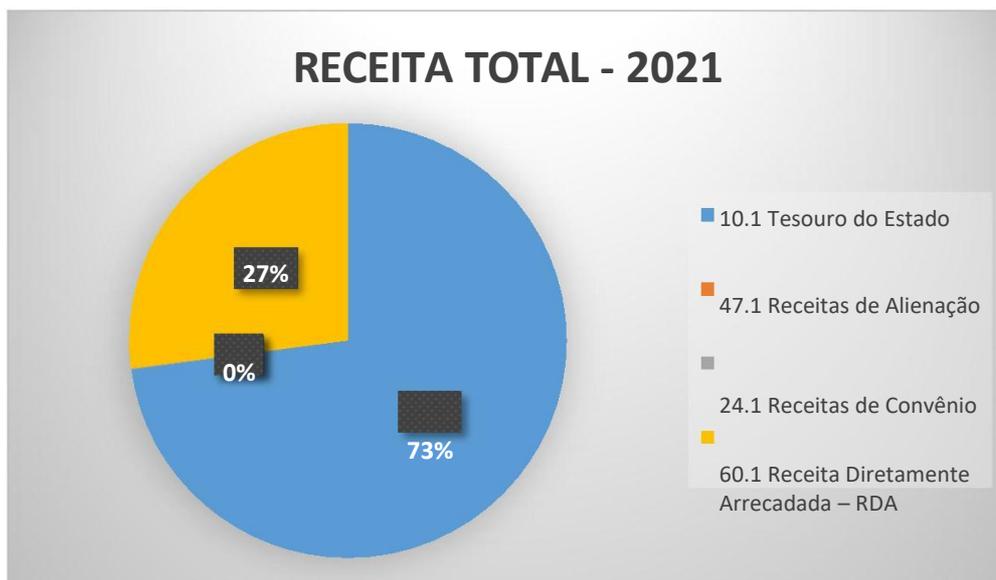
Fonte/ Procedência 47.1 – recursos provenientes de arrecadação em alienação e leilão.

Quadro 02 - Receitas Arrecadadas

Em reais R\$			
Fonte	Título	VALOR (R\$)	AV%
10.1	Tesouro do Estado	267.672.663,89	72,86 %
47.1	Receitas de Alienação	9.400,00	0,00
24.1	Receitas de Convênio	343.101,44	0,093 %
60.1	Receita Diretamente Arrecadada – RDA	99.353.736,29	27,04 %
Total		367.378.901,62	100 %

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais SIAFI – MG

Gráfico 2 – Receita Total 2021 - Percentual de Participação por Fonte/Procedência



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais SIAFI – MG

A Receita Diretamente Arrecadada – RDA (fonte 60.1) corresponde a cerca de 27,04% da receita total arrecadada e é decorrente do ressarcimento do custo da prestação dos serviços de hematologia, hemoterapia e tecidos biológicos. Os serviços são prestados aos contratantes particulares e ao Sistema Único de Saúde SUS-MG, em conformidade com o Contrato de Gestão nº 141/2018.

As Receitas de Convênios (fonte 24.1) representam 0,093% da receita total do ano de 2021 e totalizam R\$ 343.101,44, sendo que R\$ 237.394,03 correspondem aos rendimentos de aplicação financeira, relativos aos repasses dos concedentes, vinculados aos convênios de entrada de recursos.

Já os recursos Ordinários, recursos do tesouro de livre utilização (fonte 10.1) representam 72,86% da receita total, sendo estes relacionados às transferências realizadas pelo FES/SES em conformidade com o Decreto 46.422/2014 de 17/01/2014 e a Resolução SES/MG de 29/01/2014.

3.1.1.1 RECEITAS CORRENTES

De acordo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MASP), receitas correntes podem ser definidas como aquelas arrecadadas dentro do exercício financeiro, que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

As despesas Correntes podem ser classificadas como:

|| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria;

- Contribuições;
- Receita Patrimonial;
- Receita Agropecuária;
- Receita Industrial;
- Receita de Serviços;
- Transferências Correntes;
- Outras Receitas Correntes.

Neste sentido, destacam-se as seguintes classificações das receitas da Fundação:

3.1.1.1.2 Receitas Patrimoniais

As Receitas Patrimoniais são provenientes de dividendos recebidos de ações de outras empresas e remuneração de depósito bancários (RDA e Convênios), representando 0,07% do total das receitas orçamentárias arrecadadas no exercício.

Neste contexto, ressalta-se que em 2021, houve a realização da receita patrimonial 23,35% maior que a previsão realizada.

Quadro 03 - Receitas Patrimoniais

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISTA ATUALIZADA (A)	AV (%)	RECEITAS REALIZADAS (B)	AV (%)	AH (%)	SALDO (B-A)
Receita Patrimonial	216.166,00	0,06	266.631,04	0,07	23,35	50.465,04
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	268.407.826,00	22,22	267.378.901,62	100,00	0,28	1.028.924,38

Fonte: Comparativo da Receita Prevista Atualizada com a Arrecadada

*AV - Análise vertical / AH – Análise horizontal

Quadro 04 - Remuneração de Depósitos Bancários

Ano	Classificação da Receita	Descrição	Fonte	Valor (R\$)	Total da Receita Patrimonial (R\$)
2020	1321001101	Remuneração de Depósitos Bancários	10	3.762,27	219.771,27
	1321001101	Remuneração de Depósitos Bancários	24	194.167,17	
	1321001101	Remuneração de Depósitos Bancários	60	21.841,83	
2021	1321001101	Remuneração de Depósitos Bancários	10	6.431,08	266.448,58
	1321001101	Remuneração de Depósitos Bancários	24	237.394,03	
	1321001101	Remuneração de Depósitos Bancários	60	22.623,47	

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais SIAFI – MG

Conforme apresentado, destaca-se que em 2021 a receita financeira alusiva aos recursos de convênios foi superior a receita auferida em 2020. Entretanto, tal desempenho demonstra que os recursos foram executados de forma eficiente na utilização dos valores disponibilizados pelo órgão concedente.

Cabe ressaltar que a formalização de novos convênios no exercício não ocasionará o repasse financeiro imediato a instituição devido a nova Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, em que é regulamentado que os recursos pactuados serão disponibilizados pelo órgão concedente na fase da homologação da compra do equipamento ou contratação do serviço.

Sendo assim, tal normativo busca promover maior dinamismo na utilização dos recursos, reduzindo o tempo em que os recursos ficarão sem utilização e consequentemente, reduzindo a remuneração de depósitos bancários.

Neste sentido, destacam-se os seguintes convênios sob a égide da referida Portaria:

Quadro 05 - Convênios de Entrada Regidos pela Portaria Interministerial – PI nº 424

CONVENIO Nº	OBJETO
852636/2017	Aquisição de Equipamentos
852637/2017	Aquisição de Equipamentos
872064/2018	Aquisição de Equipamentos
872065/2018	Aquisição de Equipamentos
886347/2019	Aquisição de Equipamentos
886359/2019	Obra Montes Claros
888097/2019	Pesquisa
905333/2020	Obra Sete Lagoas
905343/2020	Obra Poços de Caldas
905366/2020	Aquisição de Equipamentos
923564/2021	Obra Ituiutaba
924323/2021	Qualificação – Pesquisa
Total	12

Fonte: Controle Interno – Gerência de Contabilidade e Finanças

3.1.1.1.3 Receita de Serviços

As Receitas de Serviços referentes ao SIA/SUS, ambulatoriais, particulares, demais serviços de saúde e serviços de coleta, processamento e armazenagem de células e tecidos representou 4,80% do total das receitas realizadas.

Quadro 06 - Receitas de Serviços

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISTA ATUALIZADA (A)	AV (%)	RECEITAS REALIZADAS (B)	AV (%)	AH (%)	SALDO (B-A)
Receita de Serviços	18.611.100,00	5,05	17.623.931,01	4,80	-5,30	-987.168,99
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	268.497.826,00	99,99	267.379.994,69	100,00	0,98	-1.117.831,31

Fonte: Balanço Orçamentário – Fundação Hemominas

*AV - Análise vertical / AH – Análise horizontal

Assim, o quadro 06 apresenta a composição da receita de serviços para o exercício de 2021:

Quadro 07 - Composição da Receita de Serviços

Classificação o da Receita	Descrição da Receita	Receita Realizada	AV (%)
1630011101	Demais Serviços Hospitalares	912.380,77	5,18
1630011103	Serviços Ambulatoriais	1.256.845,98	7,13
1630011105	Serviços de Coleta, Processamento e Armazenamento de Células e Tecidos Biológicos - CETEBIO	1.081.821,24	6,14
1630011107	Serviços de Saúde Prestados a Particulares	14.255.648,27	80,89
1630011201	Multa e Juros - Serviços Hospitalares	8.414,45	0,05
1630011205	Multa e Juros - Serviços de Coleta, Processamento e Armazenamento de Células e Tecidos Biológicos - CETEBIO	25.619,76	0,15
1630011207	Multa e Juros - Serviços de Saúde Prestados a Particulares	83.200,54	0,47
TOTAL		17.623.931,01	100,00

Fonte: Receita Realizada – Informações SIAFI MG

*AV - Análise vertical / AH – Análise horizontal

Cabe ressaltar ainda que a arrecadação das receitas de serviço tem maior representatividade em 2021 na receita de Serviços de Saúde Prestados a Particulares que representou 80,89% da arrecadação.

3.1.1.1.4 Outras Receitas Correntes

As Outras Receitas Correntes apresentaram uma elevação em 509,61% se comparada a previsão atualizada. Neste sentido, destaca-se que compõe as outras receitas correntes: as multas e juros previstos em contratos, multas e juros de mora, restituições diversas, outras receitas fonte 60 e restituições de recursos da fonte 10 (FES).

Quadro 08 - Outras Receitas Correntes

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISTA ATUALIZADA (A)	AV (%)	RECEITAS REALIZADAS (B)	AV (%)	AH (%)	SALDO (B-A)
Outras Receitas Correntes	221.492,00	0,06	1.350.246,39	0,37	509,61	1.128.754,39
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	268.407.826,00	22,22	267.278.001,62	100,00	0,28	1.028.824,38

Fonte: Balanço Orçamentário – Fundação Hemominas (2020)

*AV - Análise vertical / AH – Análise horizontal

O “quadro 09” apresenta os valores e descrições das receitas enquadradas como “outras receitas correntes”:

Quadro 09 - Composição de Outras Receitas Correntes

Classificação da Receita	Descrição	Valor
1910091101000	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	299.587,15
1910091201000	Multas e Juros Previstos em Contratos - Multas e Juros de Mora	1.238,73
1921991101999	Outras Indenizações	796,06
1922991101	Outras Restituições - Recurso Originários FES	891.286,14
1922991199	Outras Restituição - Demais	151.309,00
1990991199	Outras Receitas	6.029,31
Total - Outras Receitas Correntes		1.350.246,39

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais SIAFI – MG

Destaca-se também que integram as “outras receitas correntes” os ressarcimentos pela utilização de vagas de garagem por servidores, a restituição pelo uso de telefone por servidores para fins particulares, cobrança pela reposição de crachá e as restituições decorrentes de apuração de processos administrativos e tomada de contas especial.

3.1.1.2 RECEITA DE CAPITAL

Nos termos da Lei nº 4.320/64, são Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras

peças de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.

- Operações de Crédito
- Alienação de Bens
- Amortização de Empréstimos
- Transferências de Capital
- Outras Receitas de Capital

3.1.1.2.1 Alienação de bens

O quadro 10 demonstra as receitas de capital com a alienação de bens, que representou 0,0026% do total das receitas orçamentárias.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISTA ATUALIZADA (A)	AV (%)	RECEITAS REALIZADAS (B)	AV (%)	AH (%)	SALDO (B-A)
Alienação de Bens	6.790,00	0,00	9.400,00	0,0026	38,44	2.610,00
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	368.407.826,00	22,23	367378901,62	100,00	-0,28	-1.028.924,38

Tais receitas estão vinculados aos leilões realizados no exercício de 2021 pela Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG:

Quadro 10 – Receita de Capital

Nº Processo SEI	Data do Leilão	Descrição
2320.01.0005262/2021-37	DATA DA EMISSÃO DA NOTA DE ARREMATACÃO: 03/09/2021	Lote - Composto de Diversos Materiais pelo Doc. Alienação: 2320390039202100059401
Nº Leilão	Nº Processo SEI- Seplag	Valor de Venda
51/2021	1500.01.0100772/2021-52	R\$ 9.400,00

Fonte: G.GCF.CON – Certificação da Contabilidade

Neste sentido, destaca-se que foi identificada uma inconsistência relacionada a fonte de recursos em que foram realizadas as classificações destas receitas. Deste modo, o setor de contabilidade irá verificar quais medidas serão necessárias para corrigir essa pendência.

3.1.1.2.2 Transferências de Convênios

O quadro a seguir demonstra as transferências que a Fundação Hemominas recebeu no exercício de 2021 do Ministério da Saúde, referentes os recursos captados por meio de convênio de entrada.

Quadro 11 -Transferências de Convênios

Convênio nº	Objeto	Concedente Valor (R\$)	Mês do Depósito
852636/2017	Aquisição equipamentos e Material Permanente	3.364,90	07/2021
	Aquisição equipamentos e Material Permanente		
872064/2018		1.345,96	07/2021
905366/2020	Aquisição equipamentos e Material Permanente	100.996,55	09/2021
Total Recebido do Ministério da Saúde - 2418101101001		105.707,41	

Fonte: G.GCF – PGF – Controle Interno do Setor

3.1.2 Notas Explicativas - Receita Intra Orçamentária

As receitas Intra-Orçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do mesmo ente federativo. Contudo, não representam novas entradas de recursos aos cofres públicos do ente, mas apenas a movimentação das receitas entre seus órgãos.

Neste sentido, a receita Intra-Orçamentária totalizou R\$ 348.022.985,77, sendo R\$ 266.774.946,67 (76,62%) procedente das transferências realizadas através do Fundo Estadual de Saúde (FES) e R\$ 81.239.472,27 (22,11 %), relativo às receitas de serviços e outras receitas correntes.

Quadro 12 - Receita Intra Orçamentária Arrecadada

Classificação da Receita	Descrição	Valor	AV (%)
7630011106	Serviço de Atendimento à Saúde - Serviço de Saúde Prestados ao SIA/SUS.	79.927.506,09	22,97
7630011107	Serviço de Atendimento à Saúde - Serviço de Saúde Prestados	1.311.966,18	0,38
7630011207	Receita Intra-orçamentaria - Serviços De Atendimento A Saúde - Multas E Juros - Serviços De Saúde Prestados A Particulares	0,00	0,00
7728019101	Outras Transferências - Repasse de Recursos do Fundo Estadual de Saúde - FES - LC 141/2012	266.774.946,67	76,65
7922991199	Demais Restituições	8.566,83	0,00
Total - RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA		348.022.985,77	100,00

Fonte: SIAFI MG – Receita contabilizada por classificação

*AV - Análise vertical / AH – Análise horizontal

Quadro 13 - Receita Intra Orçamentária

RECEITAS INTRA ORÇAMENTÁRIA	346.521.779,00	16,29	348.022.985,77	94,73	0,43	1.501.206,77
Receita de Serviços	60.026.580,00	16,29	81.239.472,27	22,11	35,34	21.212.892,27
Transferências Correntes	286.494.199,00	0,00	266.774.946,67	72,62	-6,88	19.719.252,33
Outras Receitas Correntes	1.000,00	0,00	8.566,83	0,00	756,68	7.566,83
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	368.407.826,00	22,23	367.378.901,62	100,00	0,28	1.028.924,38

Conforme quadro 13, as receitas intraorçamentárias, provenientes das transferências correntes e receitas de serviços, representam cerca de 94,73 % do total das receitas arrecadas pela Fundação. Neste sentido, 76,62% são referentes aos repasses vinculados ao Fundo Estadual de Saúde (FES).

3.2 DESPESAS

As despesas orçamentárias representam todas as aplicações realizadas nos gastos com investimento, pessoal e despesas necessárias à manutenção da entidade, cujos recursos foram devidamente fixados na Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo classificados por categoria econômica em despesas correntes e despesas de capital.

Assim, segundo o Manual de Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público (MPCASP), as despesas orçamentárias, representam “o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade”.

Em relação das despesas presentes no balanço orçamentário, ressalta-se que a dotação inicial demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Sendo assim, os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante o exercício, tendo em vista que refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA.

A dotação atualizada demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos.

Neste sentido, verifica-se a redução na despesa orçamentária em 23,26%, comparativamente ao exercício anterior, resultado influenciado principalmente pela redução de outras despesas correntes.

Quadro 14 - Balanço Orçamentário Fundação Hemominas – Despesas

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	Dotação Inicial (g)	Dotação Atualizada (h)	Despesas Empenhadas (i)	Despesas Liquidadas (j)	Despesas Pagas (l)	Saldo da Dotação (m) = (h - i)
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	245.618.281,00	250.781.111,51	247.062.315,96	214.558.963,18	206.915.187,38	3.718.795,55
Pessoal e Encargos Sociais	88.705.076,00	98.245.406,31	98.170.925,35	98.170.925,35	92.364.611,19	74.480,96
Outras Despesas Correntes	144.999.706,00	136.821.490,52	136.032.084,19	114.075.747,34	112.276.906,37	789.406,33
Investimento	11.913.499,00	15.714.214,68	12.859.306,42	2.312.290,49	2.273.669,82	2.854.908,26
DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	63.582.000,00	44.718.896,08	44.707.159,48	44.529.852,42	44.472.917,76	11.736,60
Pessoal e Encargos Sociais	46.688.249,00	27.221.708,98	27.212.152,86	27.212.152,86	27.155.218,20	9.556,12
Outras Despesas Correntes	16.893.751,00	17.497.187,10	17.495.006,62	17.317.699,56	17.317.699,56	2.180,48
Subtotal das Despesas Movimentação Orçamentária entre	309.200.281,00	295.500.007,59	291.769.475,44	259.088.815,60	251.388.105,14	3.730.532,15
Unidades	59.513.711,00					-
Cota Financeira Concedida	59.513.711,00					

Subtotal com Refinanciamento	368.713.992,00	295.500.007,59	291.769.475,44	259.088.815,60	251.388.105,14	3.730.532,15
SUPERÁVIT			79.255.997,54			- 79.255.997,54
TOTAL	368.713.992,00	295.500.007,59	371.025.472,98	259.088.815,60	251.388.105,14	- 75.525.465,39

Fonte: Balanço Orçamentário – Fundação Hemominas

3.2.1 Notas Explicativas - Despesa Orçamentária

No exercício de 2021 foi autorizado na Lei Orçamentária Anual – LOA - abertura de créditos orçamentários no valor de R\$ 309.200.281,00 (Trezentos e nove milhões, duzentos mil e duzentos e oitenta e um reais), excluindo as anulações de créditos e acrescentando os créditos computados nas suplementações, o crédito autorizado final foi de R\$ 295.500.007,59 (Duzentos e noventa e cinco milhões, quinhentos mil e sete reais e cinquenta e nove centavos).

Conforme dados apresentados no Quadro 15 – Demonstrativo das Alterações Orçamentárias da Despesa, foi constatada uma variação negativa no orçamento global de 4,43% ao calcular o crédito autorizado e o crédito inicial.

Quadro 15 - Demonstrativo das Alterações Orçamentárias da Despesa

Descrição de Créditos	Valor (R\$)
(+) Valor do Crédito Inicial	309.200.281,00
(+) Valor da Suplementação	21.379.550,67
(+) Valor Créditos Especiais e Extraordinários	0,00
(-) Valor da Anulação do Crédito	35.079.824,08
(=) Valor do Crédito Autorizado	295.500.007,59

Fonte: RFCAE565 - Demonstrativo da Composição da Despesa Autorizada

No quadro abaixo foi realizado o comparativo da Despesa Autorizada e Realizada, onde constam os registrados dos valores de créditos autorizados por grupos de despesas: pessoal/encargos sociais, outras despesas correntes (custeio) e despesa de capital, bem como os respectivos valores das despesas realizadas em cada grupo. Ao levar em consideração o total da despesa realizada R\$ 291.769.475,44 e o crédito autorizado R\$ 295.500.007,59 verifica-se que o percentual de execução global alcançado em 2021 foi de 98,74%.

Comparando o percentual de execução global, em 2021, em relação ao de 2020 que alcançou um desempenho de 93,55% tem-se um aumento de 5,19%. Resultado que

demonstra o compromisso institucional de prestar serviços com qualidade, eficiência e eficácia, buscando a maximização dos recursos orçamentários disponibilizados.

Quadro 16 - Comparativo da Despesa Autorizada X Realizada – 2021

Descrição	Créditos Autorizados (R\$)	Realizada (R\$)	AH (%)
3190 - APLICACOES DIRETAS	98.245.406,31	98.170.925,35	-0,08
3191 - APLICACAO DIRETA DECORRENTE DE OPERACOES ENTRE ORGAOS, FUNDOS E ENTIDA	27.221.708,98	27.212.152,86	-0,04
3320 - TRANSFERENCIAS A UNIAO			
3390 - APLICACOES DIRETAS (CUSTEIO)	136.821.490,52	136.032.084,19	-0,58
3391 - APLICACAO DIRETA DECORRENTE DE OPERACOES ENTRE ORGAOS, FUNDOS E ENTIDA	17.497.187,10	17.495.006,62	-0,01
4490 - APLICACOES DIRETAS (CAPITAL)	15.714.214,68	12.859.306,42	-18,17
TOTAL	295.500.007,59	291.769.475,44	-1,26

Fonte: RFCAE579 - Comparativo da Despesa Autorizada e Realizada

*AV - Análise vertical / AH - Análise horizontal

O quadro 17 apresenta a execução por grupo de despesa nos exercícios de 2020 e 2021. O crescimento da despesa realizada, neste período, foi de 8,71%, ou seja, R\$ 23.388.304,59. A despesa com pessoal/encargos e capital, apresentaram uma variação positiva na ordem de 19,76% e 135,15% respectivamente. Em relação ao desempenho relativo as despesas correntes de custeio, constatou uma redução em termos reais de R\$ 4.686.147,73 e em termos percentuais 2,96%.

Quadro 17 – Análise vertical e horizontal da despesa realizada - 2021/2020

Grupo de Despesa	Descrição	2020 (A)	AV (%)	2021 (B)	AV (%)	Diferença (C) = (B) - (A)	AH (%)
	Pessoal e Encargos Sociais	104.699.593,31	39,01	125.383.078,21	42,97	20.683.584,90	19,76
	Despesas Correntes - Custeio*	158.213.238,54	58,95	153.527.090,81	52,62	-4.686.147,73	-2,96
	Despesas de Capital - Capital	5.468.439,00	2,04	12.859.306,42	4,41	7.390.867,42	135,15

Total	268.381.270,85	100,00	291.769.475,44	100,00	23.388.304,59	8,71
-------	----------------	--------	----------------	--------	---------------	------

Fonte: Demonstrativo segundo grupo de despesa.

O grupo “Outras Despesas Correntes” em 2021 representou 52,62% do total das despesas realizadas, estas tem como finalidade garantir o funcionamento e a manutenção da entidade tais como: encargos sociais, obrigações patronal (PASEP), diárias de viagem (coleta externa), material de consumo, sentenças judiciais (honorários advocatícios), indenizações, obrigações tributárias, locação de imóveis, vale transporte, outros serviços de terceiros (consumo de água, energia, manutenção de equipamentos utilizados), dentre outros.

Comparando a execução em 2021 em relação à 2020 a queda registrada no grupo de despesas correntes de custeio está principalmente relacionada às mudanças promovidas no decorrer do exercício orçamentário de 2021 no diz respeito à execução das despesas com contrato administrativo, que no período de 2020 e, até maio de 2021 foram efetivadas como despesas de custeio. Sendo que, a partir de junho passou a ser executado no grupo 1 – Pessoal, pela DCAF-SCPO/SEPLAG, conforme diretrizes que constam na orientação encaminhadas no processo SEI 1500.01.0057642/2021-77, pelo Ofício Circular 3 (28285028) .

Essa alteração explica não só apenas a queda ocorrida em 2021 em relação a 2020 nas despesas de custeio grupo 3 mas também parte do aumento nas despesas de pessoal grupo 1 com as mudanças realizadas na execução entre as rubricas tratadas.

O grupo Despesas de Capital, representou 4,41% das despesas realizadas. Este grupo contempla as despesas que tem como objetivo, efetivar as adequações na infraestrutura física da Instituição, ou seja, aquisição de equipamentos/material permanente tais como: instrumentos de laboratórios e médicos, máquinas, aparelhos, utensílios e equipamentos de uso administrativo, como: mobiliário, equipamentos de segurança eletrônicas, equipamentos de informática, dentre outros.

Comparando 2021 em relação à 2020, o crescimento alcançado nas despesas realizadas em capital é devido à continuidade na modernização dos parques de Tecnologia da Informação e Comunicação e Tecnológico de Equipamentos Médicos das unidades da Fundação Hemominas, que ocorreu em 2020 mesmo sendo uma ano de crise financeira do Estado de Minas Gerais e cenário de pandemia.

Para tal as aquisições com investimentos de capital foram intensificados em 2021. Dentre outras aquisições e melhorias destacam-se: aquisição de diversos equipamentos médico e laboratório tais como: Blastfreezers; centrífugas de bancada e refrigeradas; pipetadores; equipamentos e materiais odontológicos; equipamentos para área Informática: computadores, Webcams , leitores de código de barras, cordões ópticos, ativos de rede, servidor, Storage, Notebooks; bem como realização de diversos serviços de melhoria da infraestrutura das unidades que compõem,

Implantação de controle de acesso no ambulatório; adequações nos consultórios e recepção de doadores atendimento VISA na unidade de Uberlândia e aquisição da unidade móvel para realizar coletas externar onde a Fundação Hemominas não possui unidade.

Quadro 18 – Despesa Realizada por Projeto/Atividade

Projeto / Atividade	Despesa por Projeto Atividade	Despesa Realizada (R\$)	AV (%)
1022	COMBATE EPIDEMIOLOGICO AO COVID 19	3.744.019,74	1,28
4341	ADEQUACAO DE INFRAESTRUTURA	17.852.450,11	6,12
4405	CENTRO DE TECIDOS BIOLOGICOS DE MINAS GERAIS - CETEBIO	4.885.432,43	1,67
4540	DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE SANGUE E HEMODERIVADOS	244.506.410,91	83,80
7004	PRECATORIOS E SENTENCAS JUDICIARIAS	3.333.565,75	1,14
7009	COMPLEMENTACAO FINANCEIRA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - RPPS	17.447.596,50	5,98
TOTAL		291.769.475,44	100,00

Fonte: Demonstrativo por projeto atividade

No quadro 18 estão registrados os montantes e respectivos percentuais das despesas realizadas em cada projeto/ação orçamentária considerados no PPAG/ LOA em o 2021.

Na ação 1022 foi executado R\$ 3.744.019,74 do total da despesa realizada que representa 1,28%. Esta é a representatividade dos recursos orçamentários alocados no orçamento direcionados ao enfrentamento aos efeitos da pandemia do Coronavírus. Assim como em 2020 a Fundação manteve o empenho e a eficiência no combate aos efeitos da pandemia, com acompanhamento rigoroso, sendo discutidas todas as ações a serem implementadas para permitir o funcionamento das unidades, dentro de padrões eficientes e exigidos. Oferecendo condições seguras e a continuidade da prestação de serviços hemoterápicos e hematológicos aos diversos usuários, atuando para garantia da suficiência de seu estoque, maximização dos recurso disponibilizado e manutenção do sistema de atendimento às unidades solicitantes durante a pandemia do Coronavírus, disponibilizando equipamentos de proteção individual a todos os servidores, incluindo terceirizados, pacientes e doadores, material de limpeza, álcool, dentro outros materiais de consumo/serviços essenciais, bem como acompanhamento de todas as aquisições voltadas para o combate da pandemia, e a continuidade ao desenvolvimento do Projeto de Inativação de Patógenos e Projeto de Hospedagem do Sistema de Diagnósticos da Covid-19.

As ações 4341, 4405 e 4540, fazem parte do programa Assistência em Hematologia, Hemoterapia, Células e Tecidos Biológicos, As despesas realizadas obtiveram

respectivamente os seguintes percentuais de execução sendo: 6,12%, 1,67% e 83,80% do orçamento global. Os recursos alocados nessas ações foram direcionados à cobertura de despesas com execução das diretrizes estabelecidas pela política estadual de saúde em relação à hemoterapia, hematologia, células e tecidos biológicos maximizando os recursos nelas alocados de maneira eficiente e eficaz. Ofertando e coordenando a produção e distribuição de hemocomponentes, hemoderivados e células/tecidos à rede pública e estabelecimentos de saúde contratantes. Realizar atendimento ambulatorial com equipe multidisciplinar a pacientes portadores de coagulopatias e hemoglobinopatias hereditárias; fornecer bolsas de plasma para produção de hemoderivados em consonância com as diretrizes estabelecidas; realizar treinamento dos funcionários e equipes das agências transfusionais dos hospitais conveniados visando melhoria contínua e ampliação da cobertura dos serviços nas respectivas áreas.

Por fim as Ações 7004 e 7009 que fazem parte do programa **Apoio às Políticas Públicas** que visa desenvolver atividades de suporte à consecução das políticas públicas dos órgãos e entidades governamentais. O percentual realizado na **Ação 7004** foi de 1,14% e destina-se ao pagamento de despesas com Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPV, tendo em vista a execução das decisões condenatórias transitadas em julgado proferidas pelo poder judiciário contra a fazenda pública. Já no tocante à **Ação 7009** a despesa realizada foi de 17.447.596,50 representando 5,98% do orçamento direcionados à cobertura do déficit atuarial do regime próprio de previdência social, tendo em vista garantir o pagamento dos proventos dos servidores inativos e pensionistas realizados à conta do Fundo Financeiro de Previdência do Estado de Minas Gerais - FFP - MG

Quadro 19 – Despesa Realizada - por elemento de despesa

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	DESPESA REALIZADA	AV (%)	DESCRIÇÃO DA DESPESA
319004	Contratação por tempo determinado	7.544.377,67	2,59	Despesas orçamentárias com a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com legislação específica de cada ente da Federação, inclusive obrigações patronais e outras despesas variáveis, quando for o caso.
319011	Venc. e Vantagens Fixas pessoal civil	86.482.477,24	29,64	Despesa relativa aos vencimentos e remuneração dos servidores incluindo adicional por tempo de serviço, gratificação de cargo em comissão, abono de férias, gratificação de natal, insalubridade e gratificação de desempenho e produtividade.

319013	Obrigações Patronais	837.756,42	0,29	Despesa relativa as Obrigações Patronais de Pessoal Ativo, Contratos de Terceirização e INSS.
319016	Outras Despesas Variáveis - pessoal civil	293.604,21	0,10	Despesas orçamentárias relacionadas às atividades do cargo/emprego ou função do servidor.
319091	Sentenças Judiciais	3.003.492,38	1,03	Despesas relativas a cumprimento de mandado judicial de Precatórios e RPV - Requisitórios de Pequeno Valor.
319092	Despesas de Exercícios Anteriores	9.217,43	0,00	Registro automático do processamento da folha (SEPLAG) relativo a despesa de pessoal.
319104	Contratação por tempo determinado - intraorçamentário	39.420,04	0,01	Despesas orçamentárias com a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com legislação específica de cada ente da Federação, inclusive obrigações patronais e outras despesas variáveis, quando for o caso.
319113	Obrigações Patronais	27.172.732,82	9,31	Refere-se as Obrigações Patronais decorrentes de remuneração de Pessoal Ativo, Contratos de Terceirização, Precatórios e Outras Sentenças Judiciais (RPV).
339008	Outros Benefícios Assistenciais	285.450,00	0,10	Despesa relativa a benefício de auxílio creche.
339013	Obrigações Patronais		0,00	Despesas relacionadas a contribuição previdenciária.
339014	Diárias – Civil	132.189,30	0,05	Despesas decorrentes de viagens realizadas a serviço de coletas externas.
339030	Material de Consumo	51.828.726,98	17,76	Despesas de aquisição de material de consumo, gráficos, material médico e hospitalar, medicamentos, limpeza e higiene e dentre outros insumos essenciais a instituição.
339033	Passagens e Despesas c/ Locomoção	137.055,46	0,05	Despesas com transporte terrestre e aéreo.
339034	Outras Despesas Decorrentes de Contratos de Terceirização	4.248.902,84	1,46	Despesas orçamentárias relativas a salários e demais encargos de agentes terceirizados contratados em substituição de mão de obra de servidores ou empregados públicos, bem como quaisquer outras formas de remuneração por contratação de serviços de mão de obra terceirizada, de acordo com o art. 18, § 1º, da Lei Complementar no 101, de 2000, computadas para fins de limites da despesa total com pessoal previstos no art. 19 dessa Lei.

339035	Serviços de consultoria	153.718,16	0,05	Despesas orçamentárias decorrentes de contratos com pessoas físicas ou jurídicas, prestadoras de serviços nas áreas de consultorias técnicas ou auditorias financeiras ou jurídicas, ou assemelhadas.
339036	Outros Serviços de Terceiros – PF	37.479,47	0,01	Despesa relativas à diárias a colaboradores eventuais, eventual de gabinete, despesas de pronto pagamento e reparo e manutenção de veículos.
339037	Locação de Mão de Obra	27.401.462,09	9,39	Despesas com a locação de mão de obra terceirizada da MGS e ASPROM.
339039	Outros Serviços de Terceiros – PJ	24.109.026,76	8,26	Despesas decorrentes das despesas contratadas para atender as demandas da instituição como: fornecimento de alimentação, publicação e divulgação, publicidades, despesa com energia, água, telefone, locações, reparos, cursos e etc.
339040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	7.482.644,26	2,56	Despesas relacionadas aos serviços de tecnologia da informação e comunicação.
339046	Auxílio Alimentação	16.621.933,78	5,70	Despesa referente ao auxílio alimentação.
339047	Obrig. Tributárias e Contributivas	1.407.407,78	0,48	Refere-se as Obrigações Tributárias incluindo os recolhimentos de INSS, IR e ISSQN.
339049	Auxílio Transporte	1.444.401,16	0,50	Despesas para cobrir o auxílio transportes dos servidores.
339059	Pensões Especiais	14.400,00	0,00	Refere-se a cumprimento de mandato judicial de pensão.
339091	Sentenças Judiciais	220.770,83	0,08	Refere-se a cumprimento de mandato judicial de honorários advocatícios.
339092	Despesas de Exercícios Anteriores	16.866,65	0,01	Despesas decorrentes de processos de diária, adiantamentos em viagens e contratos de despesas de exercícios anterior.
339093	Indenizações e Restituições	489.648,67	0,17	Despesas decorrentes de ressarcimento à servidores e processos de reconhecimento de dívida.
339134	Outras despesas decorrentes de contratos de terceirização	22.641,14	0,01	Despesas orçamentárias relativas a salários e demais encargos de agentes terceirizados contratados em substituição de mão de obra de servidores ou empregados públicos, bem como quaisquer outras formas de remuneração por contratação de serviços de mão de obra terceirizada, de acordo com o art. 18, § 1º, da Lei Complementar no 101, de 2000, computadas para fins de limites da despesa total com pessoal previstos no art. 19 dessa Lei.

339139	Outros serviços terceiros - Pessoa Jurídica (intraorçamentária)	24.768,98	0,01	Despesas orçamentárias decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, exceto as relativas aos Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, tais como: assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica, gás, água e esgoto; serviços de comunicação (telex, correios, telefonia fixa e móvel, que não integrem pacote de comunicação de dados); fretes e carretos; locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário, quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e materiais permanentes; conservação e adaptação de bens imóveis; seguros em geral (exceto os decorrentes de obrigação patronal); serviços de asseio e higiene; serviços de divulgação, impressão, encadernação e emolduramento; serviços funerários; despesas com congressos, simpósios, conferências ou exposições; vale-refeição; auxílio creche (exclusive a indenização a servidor); e outros congêneres, bem como os encargos resultantes do pagamento com atraso de obrigações não tributárias
339197	Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	17.447.596,50	5,98	Trata-se de despesas decorrentes do FUNFIP.
449040	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	1.356.768,60	0,47	Despesas orçamentárias decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos e entidades da Administração Pública, relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, não classificadas em outros elementos de despesa, tais como: locação de equipamentos e softwares, desenvolvimento e manutenção de software, hospedagens de sistemas, comunicação de dados, serviços de telefonia fixa e móvel, quando integrem pacote de comunicação de dados, suporte a usuários de TIC, suporte de infraestrutura de TIC, serviços técnicos profissionais de TIC, manutenção e conservação de equipamentos de TIC, digitalização, outsourcing de impressão e serviços relacionados a computação em nuvem, treinamento e capacitação em TIC, tratamento de dados, conteúdo de web; e outros congêneres.

449051	Obras e instalações	234.039,89	0,08	Despesas orçamentárias com estudos e projetos; início, prosseguimento e conclusão de obras; pagamento de pessoal temporário não pertencente ao quadro da entidade e necessário à realização das mesmas; pagamento de obras contratadas; instalações que sejam incorporáveis ou inerentes ao imóvel, tais como: elevadores, aparelhagem para ar condicionado central, etc.
449052	Equipamentos e			Trata-se de aquisições de equipamentos de informática, administrativos, hospitalares,
	Mat. Permanente	11.268.497,93	3,86	laboratorial, segurança eletrônica e mobiliários.

TOTAL 291.769.475,44 100,00

Fonte: Demonstrativo segundo a natureza da despesa

4 Restos a pagar

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), restos a pagar são todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Neste sentido, os restos a pagar são divididos em dois tipos: os processados (despesas liquidadas); e os não processados (despesas empenhadas a liquidar ou em liquidação).

O quadro a seguir demonstra as movimentações relativas aos restos a pagar não processados durante o exercício de 2021:

Quadro 20 – Execução de Restos a Pagar Não Processados					
	Inscritos em	Inscritos em	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (d)=(a+b-d-e)
	Exercício	31/12 do Exercício Anterior (b)			
	(a)				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
DESPESA					
ORÇAMENTÁRIA	57.019,88	15.370.843,03	15.084.749,41	330.015,78	13.097,72
Pessoal e Encargos Sociais	57.019,88	7.361.159,78	7.114.835,92	246.323,86	57.019,88
Outras Despesas Correntes	0,00	8.009.683,25	7.969.913,49	83.691,92	-43.922,16
DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	946.037,36	946.037,36	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	940.551,71	940.551,71		0,00
Outras Despesas Correntes		5.485,65	5.485,65		0,00

TOTAL	57.019,88	16.316.880,39	16.030.786,77	330.015,78	13.097,72
--------------	------------------	----------------------	----------------------	-------------------	------------------

Fonte: Balanço Orçamentário da Fundação Hemominas

Neste quadro são informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Neste sentido, verifica-se a redução do saldo relativos aos restos a pagar não processados principalmente devido a maior disponibilidade financeira para quitação de obrigações relativas a exercícios anteriores.

Quadro 21 - Consolidado Restos a Pagar (RPP / RPNP) – 2021

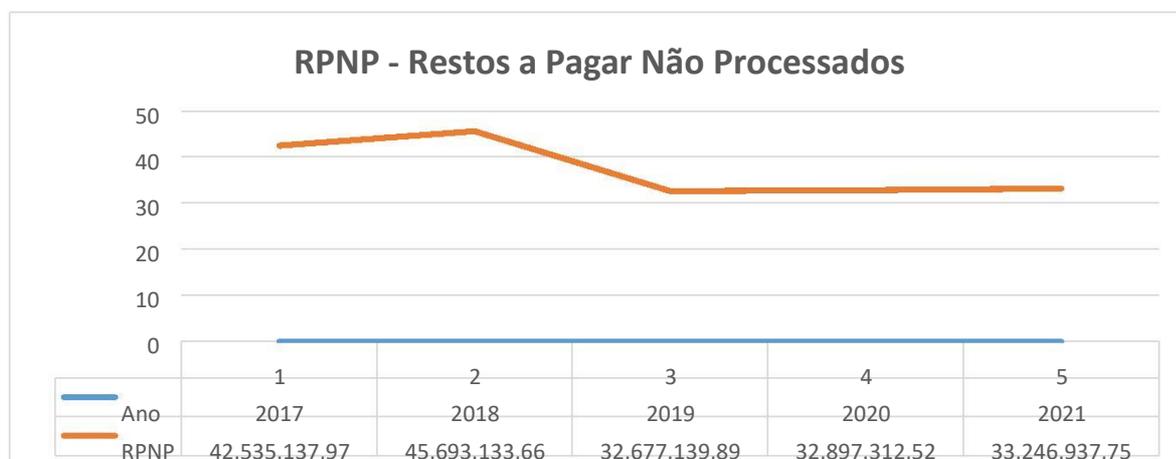
Unidade Orçamentária - 2321	Processados	RPNP em Liquidação	Não Processados	Saldo em 31/12/2020
FUNDAÇÃO HEMOMINAS	7.713.808,18	59.164,05	33.187.773,70	40.960.745,93

Fonte: Demonstrativo de Restos a Pagar por Unidade Orçamentária

4.1 Restos A Pagar Não Processados - Inscrições

Os Restos a Pagar Não Processados (RPNP) são aqueles cujo empenho foi legalmente emitido, mas que ainda não passaram fase de liquidação, isto é, o empenho foi registrado, porém o objeto adquirido ainda não foi entregue e depende de algum fator para sua regular liquidação. Do ponto de vista do sistema orçamentário de escrituração contábil, a despesa não está devidamente processada.

Gráfico 03 - Restos a Pagar Não Processados



Fonte: Demonstrativo de Restos a Pagar por Unidade Orçamentária (2017-2021)

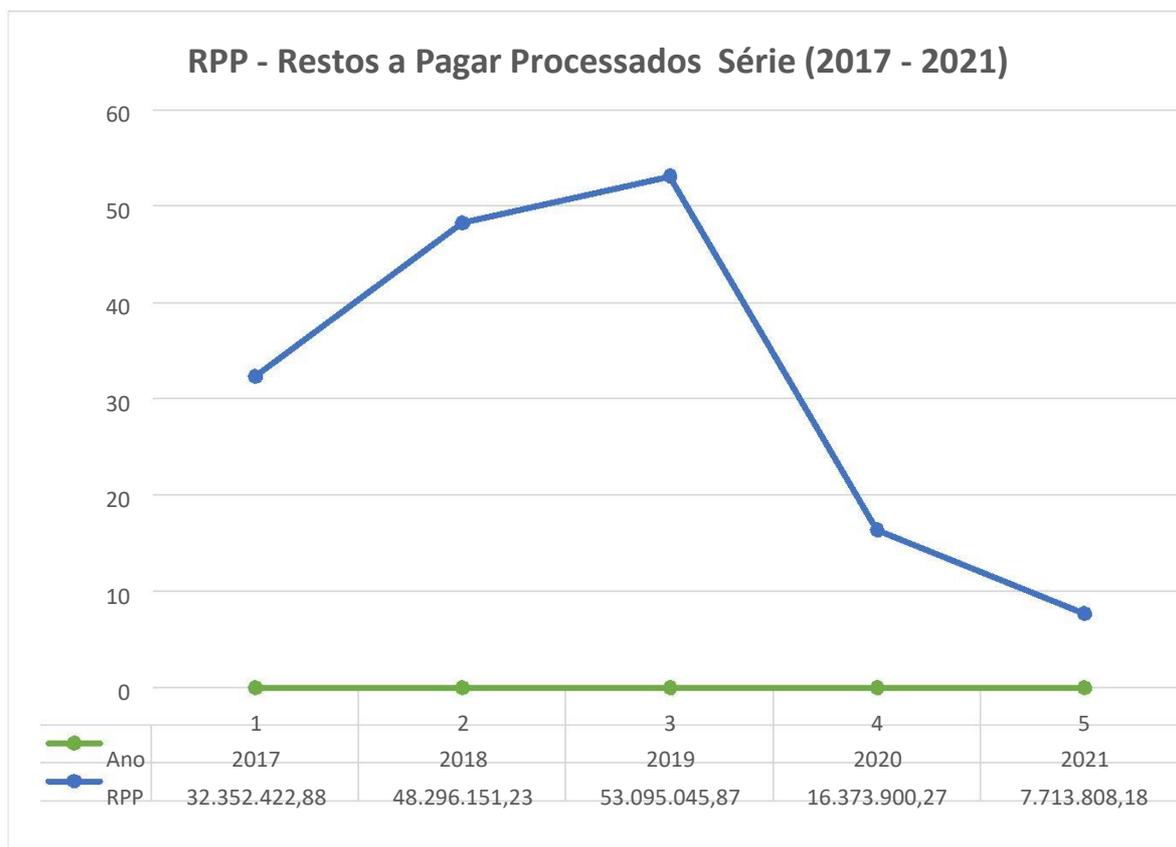
Os restos a pagar não processados tiveram um pequeno aumento de 1,06 % em 2021 relação à 2020, devido ao equilíbrio financeiro frente suas obrigações.

É importante ressaltar que em 2021 todos os valores disponíveis no orçamento foram empenhados, o que contribuiu para a manutenção dos saldos em patamar elevado.

4.2 Restos A Pagar Processados

De acordo com o art. 36 da Lei 4.320/64 os Restos a Pagar de Despesas Processadas são aqueles cujo empenho foi entregue ao credor, que por sua vez já forneceu o material, prestou o serviço ou executou a obra, e a despesa foi considerada liquidada, estando apta a pagamento.

Gráfico 04 - Restos a Pagar Processado



Fonte: Demonstrativo de Restos a Pagar por Unidade Orçamentária (2017 -2021)

Os restos a pagar processados de 2021 tiveram um decréscimo de 52,88 % em relação a 2020.

Cabe destacar que em 2021 houve o regular repasses do FES e maior disponibilidade financeira, os valores em aberto puderam ser pagos. Sendo assim, verifica-se a considerável redução do saldo relativo aos restos a pagar no exercício.

5 Dívida Flutuante

A demonstração da Dívida Flutuante compreende os valores descritos no Passivo Circulante do Balanço Patrimonial, que são aquelas obrigações de curto prazo. Segundo a Lei 4320/64 a dívida flutuante compreende os restos a pagar (excluídos os serviços da dívida), os depósitos e os débitos em tesouraria.

Deste modo, ressalta-se a seguinte composição da dívida flutuante da

Fundação:

Quadro 22 – Dívida Flutuante 2021

Em Reais (R\$)

Demonstrativo da Dívida Flutuante	Saldo Anterior	Inscrições	Baixas	Saldo Atual
2.1.1.1 Pessoal a Pagar	9.412.519,90	119.171.900,56	121.436.393,06	7.148.027,40
2.1.1.4 Encargos Sociais a Pagar	1.177.576,68	34.974.795,42	35.855.076,29	297.295,81
2.1.3.1 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	5.822.919,10	135.938.411,40	141.472.302,15	289.028,35
* Do Exercício de 2021	-	115.235.870,19	114.959.939,56	275.930,63
* Do Exercício de 2020	5.765.899,22	20.033.696,18	25.799.372,62	222,78
* Dos Exercícios anteriores a 2020/outras	57.019,88	668.845,03	712.989,97	12.874,94
2.1.8.8 Valores Restituíveis	2.021.333,40	32.253.213,11	32.680.932,87	1.593.613,64
2.1.8.9 Outras obrigações a curto prazo	-	6.440.374,71	6.401.754,04	38.620,67
6.3.8.1 Restos a Pagar Não Processados	32.858.197,11	32.621.495,79	32.291.919,20	33.187.773,70
Total	51.292.546,19	361.400.190,99	370.138.377,61	42.554.359,57

Fonte: Demonstrativo Da Dívida Flutuante – Fundação Hemominas (2021)

6 BALANÇO FINANCEIRO

A gestão financeira tem como um dos instrumentos de avaliação, o Balanço Financeiro, que possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício, demonstrando o fluxo de recursos de entradas e saídas ocorridas no ano, bem como os recursos vindos do exercício anterior e os que passarão para o exercício seguinte, demonstrando, inclusive, os de natureza extra orçamentária.

O Balanço Financeiro está previsto no artigo 103, da Lei 4.320/64, que assim dispõe:

“O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Parágrafo Único - Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária”.

Sinteticamente, pode-se assim apresentar o Balanço Financeiro da Fundação Hemominas no exercício de 2021:

6.1 Balanço Financeiro – Receitas

Os ingressos orçamentários foram constituídos pelas receitas correntes, receita de capital e receitas intraorçamentárias no montante total de R\$ 367.378 milhões e corresponde a 29,34 % da Receita Total.

Os recebimentos extra orçamentários compreendem os ingressos não previstos no orçamento corrente como restos a pagar processados e não processados, descontos financeiros obtidos e valores vinculados. Em 2021 os recebimentos extra orçamentários representam 6,13% da Receita Total.

As transferências financeiras recebidas totalizam 13,54% do total das receitas e refletem as movimentações de recursos financeiros entre os órgãos que são oriundos de transferências financeiras para pagamento de restos a pagar e cota financeira para pagamento das despesas do ano corrente.

Quadro 23 - Balanço Financeiro - Receitas

RECEITA		
Título	AV %	SALDO
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	29,34%	367.338.901,62
Receitas Correntes	1,53%	19.200.808,44
Receita Patrimonial		226.631,04
Receita de Serviços		17.623.931,01
Outras Receitas Correntes		1.350.246,39
Receitas de Capital	0,01%	115.107,41
Alienação de Bens		9.400,00
Transferência de Capital		105.707,41
Receita Intra Orçamentária	27,80%	348.022.985,77
Receita de Serviços		81.239.472,27
Transferências Correntes		266.774.946,67
Outras Receitas Correntes		8.566,83
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	6,13%	76.728.378,56
Inscrição de Restos a Pagar Processados		7.700.710,46
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		32.680.659,84
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		36.275.691,08
Descontos Financeiros Obtidos		55.457,41
Ajustes do Ativo Disponível		15.859,77

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	13,54%	169.521.804,22
Transferências Recebidas para a execução orçamentária		169.521.804,22
SALDO EM ESPECIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	50,99%	638.445.851,72
Caixa e Equivalentes de Caixa		638.445.851,72
TOTAL RECEITA	100,00	1.252.034.936,12

Fonte: Balanço Financeiro

***AV - Análise vertical / AH – Análise horizontal**

6.2 Balanço Financeiro – Despesas

Os dispêndios orçamentários totalizaram o valor de R\$ 247.062.315,96, sendo 23,30% destinados a função Saúde, compostos pelos programas de assistência em hematologia, hemoterapia, células e tecidos biológicos, bem como do enfrentamento dos efeitos da pandemia de covid-19. Já os Encargos Especiais representam 1,40% dos dispêndios, composto por encargos especiais e obrigações especiais relativos ao repasse dos ativos e inativos no programa de apoio às políticas públicas.

Os pagamentos extra orçamentários compreendem as obrigações que não se submetem ao processo de execução orçamentária do exercício e correspondem a 5,67% da despesa, sendo eles: pagamentos de restos a pagar processados e não processados e valores vinculados.

As transferências financeiras concedidas são oriundas de cota financeira concedida, transferências bancárias, restituições de cota financeira e aportes para cobertura do déficit atuarial RPPS – Regime Próprio de Previdência Social e representam 13,29% dos dispêndios.

Quadro 24 - Balanço Financeiro – Despesas

DESPESA		
Título	AV %	SALDO
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	23,30%	291.769.475,44
Saúde		243.824.638,49
Encargos Especiais		3.237.677,47
Despesa Intra Orçamentária	3,57%	44.707.159,48
Saúde		27.163.674,70

Encargos Especiais		17.543.484,78
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	5,67%	70.976.354,79
Pagamento de Restos a Pagar Processado		16.030.786,77
Pagamento de Restos a Pagar Não Processado		21.529.839,07
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		33.415.728,95
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	13,29%	166.434.007,44
Transferências Concedidas para a execução orçamentária		165.963.670,12
Transferências Concedidas independentes de execução orçamentária		470.337,32
SALDO EM ESPECIE DO EXERCÍCIO SEGUINTE	57,74%	722.895.098,45
Caixa e Equivalentes de Caixa		722.895.098,45
Total da Despesa	100,00	1.252.074.936,12

Fonte: Balanço Financeiro

***AV - Análise vertical / AH – Análise horizontal**

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício, da seguinte forma:

Quadro 25 - Apuração do Resultado Financeiro (2021)

Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	722.895.098,45
(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior	638.445.851,72
(=) Resultado Financeiro do Exercício	84.449.246,73

Fonte: Balanço Financeiro

O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Em geral, um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio financeiro, conforme apresentado pela Fundação.

7 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Conforme disposto no MCAP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) tem como principal objetivo gerar informações sobre o fluxo de caixa da instituição, permitindo a análise da capacidade da entidade em gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades operacionais, investimento e financiamento. Isso é, fornecer informações relevantes sobre pagamentos e recebimentos.

A DFC identificará:

- a. as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b. os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- c. o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis

Essas informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Destaca-se também que a Demonstração do Fluxo de Caixa da Fundação foi evidenciada pelo método direto, conforme quadro a seguir:

Quadro 26 - Demonstração do Fluxo de Caixa (2020 - 2021)

TITULO	EXERCICIO 2021	EXERCICIO 2020
1. FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADES OPERACIONAIS		
1.1 INGRESOS	373.123.978,06	306.868.537,54
Receitas Derivadas e Originárias	19.240.808,44	19.257.783,64
Transferências Correntes Recebidas	348.022.985,77	286.868.537,54
Transferências Correntes Recebidas Execução Orçamentárias/RP	3.358.029,92	
Outros Ingressos Operacionais	2.502.153,93	
1.2 DESEMBOLSOS	283.665.278,94	291.766.395,72
Pessoal e Demais Despesas	239.134.758,97	260.988.032,81
Transferências Correntes Concedidas	44.530.519,97	28.737.261,29
Outros desembolsos Operacionais	-	2.041.101,62
FLUXO DE CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		14.359.925,46
2. FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADES INVESTIMENTO	89.458.699,12	
2.1 INGRESOS	9.400,00	44.010,00
Alienação de Bens	9.400,00	44.010,00
2.2 DESEMBOLSOS	5.124.559,80	2.008.254,33
Aquisição de Ativos Não Circulante	5.124.559,80	2.008.254,33
FLUXO DE CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES INVESTIMENTO (II)	5.115.159,80	1.964.244,33
3. FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADES FINANCIAMENTO		

3.1 INGRESOS	105.707,41	1.063.586,91
Transferências de Capital Recebidas	105.707,41	1.063.586,91
FLUXO DE CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES FINANCIAMENTO (III)	105.707,41	1.063.586,91
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	84.449.246,73	13.459.268,04
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial (1)	638.445.851,72	624.986.583,68
Caixa e Equivalentes de Caixa Final (2)	722.895.098,45	638.445.851,72
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO EXERCÍCIO (2 - 1)	84.449.246,73	13.459.268,04
QUADRO - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Patrimonial	182,46	272,93
Receita de Serviços	17.623.931,01	18.460.383,54
Remuneração das Disponibilidades	266.448,58	219.771,27
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.350.246,39	577.355,90
Total das Receitas Derivadas e Originárias	19.240.808,44	19.257.783,64
QUADRO - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
<u>Transferências Correntes Recebidas</u>		
Intergovernamentais União		
Intragovernamentais	348.022.985,77	286.868.537,54
Total das Transferências Recebidas	348.022.985,77	286.868.537,54
<u>Transferências Correntes Concedidas</u>		
Intergovernamentais União	-	375.592,55
Intragovernamentais	44.530.519,97	28.361.668,74
Total das Transferências Concedidas	44.530.519,97	28.737.261,29
QUADRO - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
Saúde	233.045.544,24	255.513.396,65
Encargos Especiais	3.237.677,47	3.388.083,96
Pagamento RPP - Folha	10.296.860,47	12.676.648,78
	-	-
Despesas de Pessoal a Pagar **	7.445.323,21	10.590.096,58
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	239.134.758,97	260.988.032,81

** Refere-se ao RPP de Pessoal que é considerado pago na execução orçamentária.

O resultado do fluxo de Caixa das Atividades Operacionais é a diferença entre receitas operacionais líquidas, sendo elas, receitas patrimoniais e de serviços e transferências recebidas; e os Desembolsos, que compreendem as despesas de pessoal, e transferências concedidas e outros desembolsos operacionais.

Conforme o MCASP, a informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.

Neste contexto, verifica-se que o ingresso de recursos no exercício de 2021 sofreu um aumento de 21,59% comparado ao exercício anterior, principalmente em decorrência dos repasses tempestivos das transferências correntes recebidas através do Fundo Estadual de Saúde.

O desembolso teve uma queda de 2,77% em razão dos pagamentos realizados para cobrir dívidas contraídas em exercícios atual e anteriores. Cabe ressaltar que o pagamento da cronologia em 2021 aconteceu em sua maioria de forma tempestiva visto a disponibilidade financeira.

As entradas de recursos vinculados ao fluxo de Caixa das Atividades Investimentos tiveram um decréscimo de aproximadamente 78,64% se comparado ao exercício de 2020, devido as alienações de bens realizadas no exercício de 2021, que foram na ordem de R\$ 9.400,00. Já os desembolsos, decorrentes de aquisição de ativos não circulantes, tiveram um aumento de 160,41% em relação ao período anterior.

O resultado do fluxo de Caixa das Atividades Financiamento é decorrente de transferência de Capital recebida por meio de convênios com o Ministério da Saúde. Neste sentido, a Fundação recebeu recursos na ordem de R\$ 105.707,41, valor este menor em 90,06 % se comparado a 2020.

8 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade.

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T), n.º 16.1, dispõe que:

“A função social da Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social”.

Neste contexto, para o registro, controle e interpretação dos fatos ocorridos com o patrimônio das entidades governamentais, a gestão patrimonial utiliza basicamente dois instrumentos:

- O Balanço Patrimonial, que evidencia a posição patrimonial da entidade; e
- Demonstração das Variações Patrimoniais que reflete as alterações sofridas pelo patrimônio durante o transcorrer de um determinado período.

De acordo com o artigo 105 da Lei Federal nº 4.320/64 o Balanço Patrimonial demonstrará “o Ativo Financeiro, o Ativo Permanente, o Passivo Financeiro, o Passivo Permanente, o Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação”. É a peça contábil que evidencia em uma situação estática as contas representativas de Bens, Direitos, Obrigações e o Saldo Patrimonial positivo ou negativo da instituição pública.

Tem-se a seguir o Balanço Patrimonial da Fundação HEMOMINAS, apresentado por grupo.

Quadro 27 - Demonstrativo da Síntese Balanço Patrimonial

Ativo	2021
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 755.867.097,66
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 722.895.098,45
Créditos a Curto Prazo	R\$ 1.467.280,76
Bens e Valores em Circulação *	R\$ 31.504.718,45
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 59.728.085,75
Clientes	R\$ 1.977.476,22
Credito Financeiro a Receber - Operações Intragovernamentais	R\$ 8.268,08
Imobilizado	R\$ 56.903.910,25
Intangível	R\$ 838.431,20
TOTAL DO ATIVO	R\$ 815.595.183,41

Passivo	2021
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 9.366.585,87
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo	R\$ 7.445.323,21
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	R\$ 289.028,35
Obrigações em Circulação	R\$ 1.632.234,31
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 7.287.359,42
Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	R\$ 7.287.359,42
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 798.941.238,12
Patrimônio	R\$ 798.941.238,12
TOTAL DO PASSIVO	R\$ 815.595.183,41

Cabe ressaltar que as notas explicativas do Balanço Patrimonial estão evidenciadas no RACC – Relatório Anual de Conformidade Contábil, e por isso, foram apresentados neste relatório de forma sintética, evitando a repetição de informações.

9 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

Conforme art. 104 da Lei nº 4.320/64, a Demonstração das Variações Patrimoniais “evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indicará o resultado patrimonial do exercício”.

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais integra o Balanço Patrimonial e evidencia as alterações ativas e passivas ocorridas no patrimônio público durante o exercício financeiro, sendo elas classificadas em variações diminutivas (VPD) e aumentativas (VPA). Assim, o resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP será elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP. Ressalta-se também que o MCASP destaca que a DVP tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado.

9.1 Notas Explicativas – Variações Patrimoniais Aumentativas

Variações Ativas são alterações nos valores dos elementos do patrimônio público que aumentam a situação patrimonial pela incorporação e agregação, advinda de aquisições, valorização de bens ou amortização de dívida.

Portanto, qualquer aumento no valor dos bens e direitos ou qualquer diminuição no valor das obrigações são considerados variações ativas, pois contribuem para o aumento do patrimônio.

No exercício de 2021 a Variação Patrimonial Aumentativa apresentou um total de R\$ 950.538.885,40, subdivido da seguinte forma:

- As Explorações e Venda de Bens, Serviços e Direitos, foram compostas das receitas com prestação de serviços de hemocomponentes e hemoderivados ao Serviço de Saúde Prestados ao SIA/SUS e Serviços Hospitalares, representando 8,41 % das VPA.
- As Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras representam 0,04% das VPA e são oriundas de juros e encargos de mora sobre fornecedores de bens e serviços, descontos financeiros obtidos e remuneração de depósitos bancários de aplicações.
- As Transferências e Delegações Recebidas correspondem a 17,85% das VPA, sendo elas compostas pelas transferências financeiras recebidas para execução das despesas.
- A Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos representam 28,82% das VPA, sendo elas oriundas de movimentações patrimoniais no sistema SIAD como: reavaliação de imobilizado e ganhos com incorporação de ativos no estoque e incorporação de bens moveis.
- Outras Variações Aumentativas representam 44,89% das VPA às quais são constituídas de dividendos e rendimentos recebidos de investimentos (ações de telefonia), multas administrativas dos contratos de prestação de serviço, indenizações e restituições.

Quadro 28 - Síntese da Demonstração das Variações Patrimoniais – Aumentativas

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	2021	AV (%)
Exploração e venda de bens, Serviços e Direitos	79.927.575,68	8,41%
Variações Patrimoniais aumentativas Financeiras	413.309,04	0,04%
Transferências e Delegações Recebidas	169.627.511,63	17,85%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	273.901.612,18	28,82%
Outras Variações Aumentativas	426.668.876,87	44,89%
TOTAL DA VPA	950.540.906,40	100,00%

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais

Quadro 29 - Demonstração das Variações Patrimoniais – Aumentativas (2020 - 2021)

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	2021	2020	AH (%)
Exploração e venda de bens, Serviços e Direitos	79.927.575,68	38.454.361,22	107,85
Variações Patrimoniais aumentativas Financeiras	413.309,04	495.096,98	-16,52
Transferências e Delegações Recebidas	169.627.511,63	309.545.667,29	-45,20
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	273.901.612,18	289.202.737,75	-5,29
Outras Variações Aumentativas	426.668.876,87	277.525.125,21	53,74
Total	950.538.885,40	915.222.988,45	3,86

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais (2020/2021)

***AV - Análise vertical / AH – Análise horizontal**

9.2 Notas Explicativas – Variações Patrimoniais Diminutivas

Variações passivas são alterações nos valores dos elementos do patrimônio público, diminuindo a situação patrimonial, por desincorporação ou baixa, decorrente da alienação, depreciação ou desvalorização de bens ou constituição

de dívidas passivas, recebimento de créditos. Assim, qualquer diminuição de valor dos bens e direitos ou aumento das obrigações consideram-se variações passivas, pois concorrem para a redução do patrimônio.

Neste sentido, destacam-se os seguintes resultados relativos as VPD's da Fundação Hemominas:

- Pessoal e Encargos são gastos decorrentes à remuneração de pessoal e encargos patronais representando 13,46% da VPD.
- Benefícios Previdenciários e Assistenciais tem uma pequena participação de 0,03% na VPD, oriundos de pensões e outros benefícios de prestação continuada.
- Uso de Bens, Serviço e Consumo de Capital Fixo representam 42,81% das VPD, representando o consumo de material/medicamento, diárias de viagem, serviços de terceiros e contrato de terceirização por substituição de mão de obra.
- Variações Patrimoniais Diminutivas financeiras tiveram uma pequena participação de 0,001% na VPD, oriundos de juros e encargos de mora de aquisição de bens e serviço.
- Transferências e Delegações concedidas representa 21,29% das VPD, compostos por cota financeira concedida, transferências financeiras bancárias, restituições de cota financeira recebida e transferência concedidas para aportes de recursos para o RPPS.
- Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos representam 3,32% das VPD, oriundos de movimentações patrimoniais no sistema SIAD quando de desincorporação de ativos, reavaliação de imobilizado e perdas com alienação.
- Variações Tributárias são compostas por despesas com impostos, taxas e contribuições, que representa 0,24% das VPD.
- Outras Variações Diminutivas representam 18,85% das VPD sendo elas oriundas de indenizações e restituições, incorporação de passivo, baixa de bens e direitos e restituições de recursos de convênios e de contrapartida.

Assim, as variações apresentaram um superávit na ordem de R\$ 87.548.473,61 no Resultado Patrimonial do exercício de 2021.

Quadro 30 - Síntese da Demonstração das Variações Patrimoniais - Diminutiva

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	2021	AV (%)
Pessoal e Encargos	116.132.617,63	13,46%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	244.689,52	0,03%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	369.469.191,15	42,81%
Variações Patrimoniais Diminutivas		0,00%
Financeiras	37.667,60	
Transferências e Delegações Concedidas	183.724.033,56	21,29%
Desvalorização e Perda de Ativos e		3,32%
Incorporação de Passivos	28.608.995,79	
Tributárias	2.097.484,53	0,24%
Outras Variações Diminutivas	162.675.732,01	18,85%
TOTAL DA VPD	862.990.411,79	100,00%

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais (2020)

***AV - Análise vertical / AH – Análise horizontal**

Quadro 31 - Variações Patrimoniais Diminutivas (2020 - 2021)

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	2021	2020	AH (%)
Pessoal e Encargos	116.132.617,63	101.633.889,06	14,27
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	244.689,52	321.557,85	-23,90
Uso de Bens, Serviços e Consumo de			
Capital Fixo	369.469.191,15	355.992.680,17	3,79

Variações Patrimoniais Diminutivas			
Financeiras	37.667,60	69.720,32	-45,97
Transferências e Delegações Concedidas	183.724.033,56	320.255.664,56	-42,63
Desvalorização e Perda de Ativos e			
Incorporação de Passivos	28.608.995,79	48.367.108,67	-40,85
Tributárias	2.097.484,53	2.573.096,03	-18,48
Outras Variações Diminutivas	162.675.732,01	32.134.479,41	406,23
Total	862.990.411,79	861.348.196,07	0,19

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais (2020/2021)

*AV - Análise vertical / AH – Análise horizontal

9.3 Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

Neste contexto, verifica-se que o resultado da Fundação foi superavitário em R\$ 87.548.473,61, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 32 – Resultado Patrimonial

VPA X VPD (2021)	
TOTAL DA VPA	950.538.885,40
TOTAL DA VPD	862.990.411,79
RESULTADO PATRIMONIAL - SUPERÁVIT	
VERIFICADO	87.548.473,61

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais (2021)

Comparativamente ao exercício de 2020, verifica-se a queda no resultado patrimonial em 62,50%.

Gráfico 05 Resultado Patrimonial – Superávit Verificado (2020 - 2021)



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais (2020/2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Nota Explicativa teve por objetivo fornecer informações complementares aos usuários acerca das demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO HEMOMINAS, referentes ao exercício de 2021, ressaltando os principais aspectos relativos à situação econômico-financeira da entidade, visando o acompanhamento da origem e da aplicação dos recursos arrecadados, bem como, a forma que tais recursos foram aplicados pelo gestor público.

Ressalta-se também que relatório teve como base para análise as NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público.

Belo Horizonte, 01 de abril de 2022

Elaborado por:
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX⁽¹⁾
Contadora CRC MG XXXXXXXXXXXX⁽¹⁾
Gerência de Contabilidade e Finanças

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX⁽¹⁾
Diretora de Planejamento Gestão e Finanças

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX

REFERÊNCIAS

DE CONTABILIDADE, CONSELHO FEDERAL et al. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. NBC T**, v. 16.1 a v.16.10, 2008, e v.16.11, 2011. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>. Acesso em: 12 de março de 2022.

ESTADO, DE MINAS GERAIS. Classificador Econômico da Despesa: Atualizado em 18 de março de 2021. Disponível em: <http://planejamento.mg.gov.br/pagina/planejamento-e-orcamento/lei-orcamentaria-anual-loa/lei-orcamentaria-anual-loa>. Acesso em: 12 de março de 2022.

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000: Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 12 de março de 2022.

Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964: Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 12 de março de 2022.

Manual de Contabilidade Aplicada. Público – MCASP. **Secretaria do Tesouro Nacional. Brasília, DF**, 8ª ed. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2019/26>. Acesso em: 12 de março de 2022.

Relatório Contábil - 2021 da Secretaria de Estado de Fazenda, Subsecretaria do Tesouro Estadual, Superintendência Central de Contabilidade Governamental.



RELATÓRIO CONTÁBIL

Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

Exercício de 2021

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX⁽¹⁾

Diretora de Planejamento Gestão e Finanças

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX⁽¹⁾

CRC XXXXXXXXXXXX⁽¹⁾

Analista de Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento -
Contadora

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX⁽¹⁾

CRC XXXXXXXXXXXX⁽¹⁾

Responsável pelo Setor de Contabilidade

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXXXXX.

Abril/2022

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 ATIVO.....	4
2.1 Ativo Circulante	4
2.1.1 Caixa e Equivalente de Caixa	4
2.1.2 Créditos a Curto Prazo.....	9
2.1.3 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	10
2.1.4 Estoques.....	13
2.2 Ativo Não Circulante	15
2.2.1 Ativo Realizável A Longo Prazo.....	15
2.2.1.1 Imobilizado.....	16
2.2.1.2 Intangível	21
3 PASSIVO	21
3.1 Passivo Circulante	21
3.1.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistencias A Pagar A Curto Prazo	21
3.1.2 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	23
3.1.3 Demais Obrigações a Curto Prazo	24
3.2 Passivo Não Circulante	26
3.2.1 Demais Obrigações a Longo Prazo	26
4 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29
4.1 Demais Reservas.....	29
4.2 Resultados Acumulados	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
6 REFERÊNCIAS	31

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

1 INTRODUÇÃO

O presente Relatório Contábil referente ao exercício de 2021 é parte integrante da prestação de contas da Fundação Hemominas e demonstra de forma detalhada a gestão patrimonial. As contas contábeis são apresentadas de forma analítica e evidenciadas por meio de notas explicativas, tabelas e quadros.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial, sendo uma ferramenta primordial ao processo de tomada de decisão dos gestores. É elaborado atendendo às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e aos dispositivos da Lei Federal n.º 4.320/64.

O principal objetivo das notas explicativas do Balanço Patrimonial é permitir aos usuários maior compreensão dos dados contábeis. Além de atender aos requisitos legais, apresenta informações importantes aos gestores públicos e à sociedade.

2 ATIVO

Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

2.1 Ativo Circulante

Os ativos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a. Estiverem disponíveis para realização imediata; e
- b. Tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

2.1.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

1.1.1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional.....R\$ 722.895.098,45

1.1.1.1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional –
Consolidação.....R\$ 7.260.727,27

1.1.1.1.1.02 Bancos Conta Movimento.....R\$ 0,00

O saldo encontra-se zerado no SIAFI, todavia, restou pendente o registro contábil de um resgate no valor de R\$1,35, que constava na conta corrente (Banco do Brasil/ Agência 1615-2/ Conta 8640-1). Referido valor trata-se da recomposição de rendimentos do concedente efetuada na data de 15/12/2021.

À vista disso, em 27/01/2022 o valor foi transferido para a conta de aplicação financeira, realizada pela TFCH - Transferência Financeira Cheque nº 02. Logo, a situação foi regularizada.

1.1.1.1.1.09 Recursos Bloqueados/Indisponíveis-Instituição Financeira.....R\$ 83.327,16

O saldo refere-se aos valores de bloqueios judiciais realizados na conta bancária 854.993-1/ Agência 1615-2/ Banco do Brasil e bloqueios realizados em contas de convênio e recompostos com recursos próprios através da conta interna 900169-3, conforme detalhado a seguir.

Banco do Brasil – Agência 1615-2 – Conta 854.993-1				
Data Bloqueio	Arrecadação da Receita	Processo	Valor (R\$)	Situação
02/10/2018	14947/2018	0439919-22.2000.8.13.0024	4.577,76	Saldo remanescente após restituição parcial pela AGE referente pagamento de RPV com bloqueio judicial.
02/10/2018	14947/2018	6111595-65.2015.8.13.0024	998,15	Saldo remanescente após restituição parcial pela AGE referente pagamento de RPV com bloqueio judicial
13/03/2020	1085 / 2020	6104915-64.2015.8.13.0024	334,75	Aguarda restituição do valor pela Justiça para baixa.
25/06/2020	1079 / 2020	5033285-91.2017.8.13.0024	4.286,19	Aguarda restituição do valor pela Justiça para baixa
25/06/2020	1080 / 2020	5041969-68.2018.8.13.0024	2.851,98	Aguarda restituição do valor pela Justiça para baixa
09/07/2020	1081 / 2020	5029119-50.2016.8.13.0024	2.362,17	Aguarda restituição do valor pela Justiça para baixa
09/07/2020	1082 / 2020	5029119-50.2016.8.13.0024	1.395,65	Aguarda restituição do valor pela Justiça para baixa
07/08/2020	1083 / 2020	9062303.89.2017.8.13.0024	5.822,41	Valor parcialmente restituído, baixa registrada em 2022, saldo remanescente de R\$169,39.
19/08/2020	1164 / 2021	9048328.34.2016.8.13.0024	14.086,05	Aguarda restituição do valor pela Justiça para baixa
21/09/2020	1084 / 2020	5125550-15.2017.8.13.0024	633,43	Aguarda restituição do valor pela Justiça para baixa

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

11/11/2020	1086 / 2020	5052853-30.2016.8.13.0024	4.438,69	Aguarda restituição do valor pela Justiça para baixa
09/07/2021	616 / 2021	6100783-61.2015.8.13.0024	311,83	Aguarda restituição do valor pela Justiça para baixa
TOTAL			42.099,06	

Fonte: Hemominas/G.GCF.CON

CMI – Banco 999 – Agência 9001-9 – Conta 900169-3						
Data Bloqueio	NLC	TFB (Recomposição)	Processo	Valor (R\$)	Conta	Situação
16/11/20	728 / / 4314	5/21 e 26/21	4118255-95.2004.8.13.0024 Parcial	12.007,94	16611-1	Saldo remanescente TF 5 e 26 (11.726,70 e 281,24)
08/07/21	6522	49 / 2021	5084529-93.2016.8.13.0024	169,10	8640-1	Valor recomposto na conta do convênio com recursos próprios aguardando restituição do valor pela Justiça para realização da baixa.
08/07/21	6524	50 / 2021	5084529-93.2016.8.13.0024	753,62	16611-1	
19/07/21	7089	57 / 2021	5130678-45.2019.8.13.0024	8.281,48	16611-1	
20/08/21	8291	68 / 2021	5132626-27.2016.8.13.0024	267,89	16611-1	
20/08/21	8292	69 / 2021	5132626-27.2016.8.13.0024	40,68	8640-1	
20/08/21	8293	70 / 2021	5185887-04.2016.8.13.0024	128,42	8640-1	
01/09/21	8608	74 / 2021	5077657-23.2020.8.13.0024	1.092,25	16611-1	
02/09/21	8708	75 / 2021	5002610-59.2020.8.13.0342	169,10	8640-1	
02/09/21	8710	76 / 2021	5002610-59.2020.8.13.0342	618,16	16611-1	
02/09/21	8712	77 / 2021	5002610-59.2020.8.13.0342	6.257,47	16611-1	
11/10/21	10038	82 / 2021	5002365-88.2021.8.13.0479	1.560,97	16611-1	
08/06/21	10619	83 / 2021	5106034-72.2018.8.13.0024	768,87	16611-1	Reconhecimento da despesa em processo de DEA para baixa contábil (1080.01.0059164/2021-96).
28/10/21	10855	84 / 2021	5004609-40.2019.8.13.0194	7.650,84	16611-1	Valor recomposto na conta do convênio com recursos próprios. Restituição realizada pela Justiça em 2022.
03/12/21	11909	92 / 2021	5006893-05.2020.8.13.0479	1.461,31	16611-1	
TOTAL				41.228,10		

Fonte: Hemominas/G.GCF.CON

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

1.1.1.1.10 Aplicações Financeiras.....R\$ 7.177.400,11

O saldo corresponde as aplicações de recursos de convênios, conforme demonstrado no quadro a seguir:

NÚMERO	CONTAS BANCÁRIAS	APLICAÇÕES FINANCEIRAS 1.1.1.1.10 (PCASP)		
		CONCEDENTE (R\$)	CONTRAPARTIDA (R\$)	TOTAL (R\$)
0675/2010	8640-1	1.228.616,43	304.935,47	1.533.551,90
797425/14	16.611-1	1.353.725,97	149.834,50	1.503.560,47
794378/14	20.712-8	508.408,18	56.941,51	565.349,69
836291/16	21.530-9	263.370,86	-	263.370,86
836292/16	21.531-7	336.829,49	-	336.829,49
836296/16	21.532-5	302.634,69	-	302.634,69
836289/17	21.644-5	128.157,56	-	128.157,56
836298/18	21.646-1	447.998,83	-	447.998,83
836300/18	21.647-X	1.868.725,32	-	1.868.725,32
799983/14	851-9	169.020,93	-	169.020,93
852636/17	21.935-5	25.281,08	-	25.281,08
852637/17	21.936-3	1.589,49	-	1.589,49
872064/18	22.109-0	10.110,35	-	10.110,35
872065/18	22.110-4	458,44	-	458,44
886347/19	22.677-7	521,52	-	521,52
888097/19	22.678-5	13.504,62	-	13.504,62
905366/20	23.261-0	6.734,87	-	6.734,87
TOTAL		6.665.688,63	511.711,48	7.177.400,11

Fonte: Hemominas/G.GCF.CON

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

1.1.1.1.2 Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda
Nacional – Intra OFSS.....R\$ 715.634.371,18

1.1.1.1.2.01 Recursos de Movimentações da Unidade Tesouraria.....R\$ 715.634.371,18

1.1.1.1.2.01.01 Recursos de Contas Arrecadadoras.....R\$ 0,07

O saldo de R\$ 0,07 corresponde aos lançamentos processados na conta do Itaú (Agência 3380 / Banco 529-2) que movimenta recursos para folha de pagamento de pessoal de ativo, contratos administrativos e pensionistas. Sendo assim, o valor se refere aos ARUT's - Aviso de Recolhimento Unidade de Tesouraria sob os números 2643 (parte) e 2676 registrados no dia 05/01/2022. Isto posto, o saldo supracitado encontra-se em processo de regularização.

1.1.1.1.2.01.02 Contas de Movimentação Interna – CMI.....R\$ 715.634.371,18

BANCO	AGÊNCIA	CONTA	SALDO (R\$)	DESCRIÇÃO
999	9001-9	900169-3	577.292.709,72	Corresponde ao saldo acumulado dos recolhimentos provenientes da conta arrecadadora escritural. As despesas com folha de pessoal dos inativos, precatórios, requisitórios de pequeno valor e pagamento dos depósitos de diversas origens Fonte 60 são quitados através desta conta, sendo as demais despesas pagas com recursos da conta de Transferências Vinculadas. O controle financeiro da arrecadação está a cargo da Secretaria de Estado de Fazenda nos termos do Decreto do Regime de Caixa Único, cabendo à Hemominas o controle escritural.
999	9001-9	900479-6	119.010.680,03	Tendo em vista o Decreto 46.422/2014 de 17/01/2014 e a Resolução SES/MG nº 4134 de 29/01/2014, a partir de março de 2014 os recursos do Fundo Estadual de Saúde passaram a ser repassados por meio de despesa intraorçamentária à Fundação Hemominas, sendo esses valores recebidos através da conta arrecadadora escritural e então recolhidos para a conta de Transferências Vinculadas, pela qual se efetuam os pagamentos.
901	9999-6	200408-5	68.467,72	É composto pelos valores rejeitados de folhas de pagamento do período de maio/2015 a dezembro/2019, que foram anulados posteriormente e aguardam verificação quanto a destinação dos recursos.
901	9999-6	200452-3	17.711.972,22	Corresponde ao saldo acumulado dos valores recebidos por meio da Conta Arrecadadora da Unidade nº 854.993-1/ Ag.: 1615-2/ Banco do Brasil referente aos recebimentos pela prestação de serviços que foram recolhidos para esta conta do tipo CMIDA – Conta de Movimentação Interna Diretamente Arrecadados.

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

BANCO	AGÊNCIA	CONTA	SALDO (R\$)	DESCRIÇÃO
901	9999-6	200453-1	1.550.541,42	A partir de setembro de 2019, recursos do Fundo Estadual de Saúde (despesa intraorçamentária) foram repassados por meio da Conta Arrecadadora da Unidade nº 854.993-1/ Ag.: 1615-2/ Banco do Brasil e recolhidos para essa conta do tipo CMITV – Conta de Movimentação Interna Transferências Vinculadas.
Total			715.634.371,11	

Fonte: Hemominas/G.GCF.CON

2.1.2 Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

1.1.2.2 Clientes.....R\$ 1.467.280,76

1.1.2.2.1 Clientes Consolidação.....R\$ 1.467.280,76

1.1.2.2.1.01 Clientes.....R\$ 1.467.280,76

1.1.2.2.1.01.01 Clientes.....R\$ 1.467.280,76

O saldo corresponde aos valores a receber na conta de clientes, sendo apropriado por meio de Nota de Lançamento Contábil – NLC, após o envio pela unidade emitente da nota fiscal de prestação de serviços ao setor de Contabilidade.

Enquanto as baixas ocorrem no momento da Classificação da Receita Arrecadada - CRA, registros feitos após o recebimento do recurso, que podem ocorrer por meio de Documento de Arrecadação Estadual - DAE ou Depósito Bancário (Banco do Brasil 001/ Agência 1615-2/ Conta 854.993-1).

A tabela a seguir apresenta os saldos por unidade executora dos valores a receber decorrentes da prestação de serviços de hematologia, hemoterapia e tecidos biológicos.

UNIDADE EXECUTORA	NOME	SALDO (R\$)
2320007	Além Paraíba	5.921,22

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

2320009	Diamantina	5.678,12
2320010	Divinópolis	154.320,26
2320011	Governador Valadares	51.726,32
2320012	Ituiutaba	14.900,02
2320013	Juiz de Fora	175.782,86
2320014	Manhuaçu	10.832,59
2320015	Montes Claros	76.709,52
2320016	Passos	46.341,65
2320017	Patos de Minas	55.320,06
2320018	Ponte Nova	63.756,50
2320019	Pouso Alegre	90.568,39
2320020	São João Del Rei	33.501,69
2320021	Sete Lagoas	32.023,34
2320022	Uberaba	99.766,96
2320023	Uberlândia	20.434,55
2320024	HBH	298.809,16
2320026	Poços de Caldas	87.902,29
2320027	Cetebio-Lagoa Santa	142.985,26
TOTAL		1.467.280,76

Fonte: Armazém de Informações/SIAFI-MG.

Neste sentido, cumpre observar o que se segue:

- Unidade Executora 2320010 de Divinópolis: consta o saldo de R\$ R\$ 15.526,31 em duplicidade conforme a NLC 1931 e NLC 1932 de 22/10/2021, sendo realizada a baixa referente a NLC 1931 mediante a NLC 136 de 28/01/2022.
- Unidade Executora 2320021 de Sete Lagoas: consta o saldo R\$ 1.022,85 que refere-se ao DDO 160 de 13/08/2021, sendo realizada a baixa referente parte da NLC 834 de 22/06/2021 mediante a NLC 369 de 25/03/2022.

2.1.3 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXXX.

Os ativos registrados no grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo representam direitos decorrentes de dívida ativa não tributária, créditos por danos ao patrimônio, recursos de convênios, dentre outros.

1.1.3.1 Adiantamentos Concedidos.....R\$ 2.084,50

1.1.3.1.1 Adiantamentos Concedidos – Consolidação.....R\$ 2.084,50

1.1.3.1.1.01 Adiantamentos Concedidos A Pessoal.....R\$ 2.084,50

1.1.3.1.1.01.01 Adiantamentos /Diárias Antecipadas

Concedidos a Pessoal.....R\$ 775,00

O saldo refere-se a diárias de viagens, pois os valores restaram pendentes de registros. Assim as ordens de pagamentos sob os números 151/2021 e 181/2021, ambas no valor de R\$387,50, foram regularizadas em março/2022. Ressalta-se que a primeira foi regularizada através da NLC 462 e a segunda foi devolvida e não houve estorno no sistema sendo necessário o registro manual para a baixa através da NLC 625.

1.1.3.1.1.01.90 Adiantamentos /Diárias de Viagem a Conceder a Pessoal.....R\$ 1.309,50

O saldo foi inscrito em restos a pagar e corresponde a diárias de viagens. Esclarece-se que houve troca de conta bancária da servidora que gerou a devolução das OPs, tendo sido necessária intervenção SIAD/SIAFI e não havendo tempo hábil para reprocessamento dentro do exercício. A regularização do saldo ocorreu no pagamento de Janeiro/2022.

1.1.3.4 Créditos por Danos ao Patrimônio.....R\$ 1.339.716,77

1.1.3.4.1 Créditos por Danos ao Patrimônio – Consolidação.....R\$ 1.339.716,77

1.1.3.4.1.88 Outras Responsabilidades.....R\$ 1.339.716,77

O saldo refere-se a processos de Tomada de Conta Especial - TCE, de Sindicâncias Investigatórias Administrativas - SAI, dos Processos CIAPA, dos processos de cobrança de encargos financeiros realizado pela Gerência de Contabilidade e Finanças - GCF/PGF e de processos de cobrança de valores realizado pela Gerência de Recursos Humanos - GRH.PES./PGF.

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

Cumpra observar que contabilidade da Fundação Hemominas tem envidado esforços para a manutenção dos saldos fidedignos das contas “Outras Responsabilidades” e “Outras Responsabilidades em Apuração”, para tal, foram adotadas as seguintes providências:

1. Reuniões de alinhamento com os agentes/setores envolvidos;
2. Expedição da Comunicação Interna 109 de 05/11/2021, que encaminhou a certificação dos saldos aos setores envolvidos
3. Emissão de Nota Técnica nº 8/HEMOMINAS/G.GCF/2021 de 29/12/2021, que visou esclarecer as principais dúvidas relacionadas a regularidade das contas “1.1.3.4.1.88 – Outras Responsabilidades e “8.1.1.9.1.06.88 – Outras Responsabilidades Em Apuração.
4. Envio de certificação do saldo à AGE/MG - Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, relativo aos valores inscritos em dívida ativa.

Sendo assim, após a devida apuração administrativas dos valores e dos responsáveis, a contabilidade quando demandada realiza os registros contábeis, ou seja, efetua a baixa contábil na conta Diversos Responsáveis em Apuração e inscreve na conta Diversos Responsáveis Apurados.

1.1.3.8 Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo.....R\$ 392.059,70

1.1.3.8.1 Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo
- Consolidação.....R\$ 100.661,86

1.1.3.8.1.02 Créditos a Utilizar - Compensação Financeira.....R\$ 100.661,86

Os valores são decorrentes das recomposições realizadas pelas SEF referentes bloqueios judiciais, dos processos listados a seguir, nas contas 854993-1 e 10060-9 da Agência 1615-2 do Banco do Brasil. Saldo encontra-se em processo de análise para reconhecimento das despesas pela Fundação.

CONTA CREDITADA	PROCESSO JUDICIAL	DATA	NL	VALOR (R\$)
Banco do Brasil Agência 1615-2 Conta Convênio 10060-9	0420417-43.2013.8.13.0024	01/08/2019	1019	2.977,02
	9027800.42.2017.813.0024			4.272,99
	5875449-19.2009.8.13.0024			2.366,72
	6100781-91.2015.8.13.0024			3.462,66
	5126170-61.2016.8.13.0024			3.719,87
	5006921-19.2016.8.13.0024			9.514,51
	6062043-34.2015.8.13.0024			6.242,42
	0309417-52.2014.8.13.0105			36.853,31

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

	6105631-91.2015.8.13.0024			2.548,15
Banco do Brasil Agência 1615-2 Conta CAU 854.993-1	5084311-65.2016.8.13.0024	30/12/2019	1903	2.788,73
	5174196-90.2016.8.13.0024	30/12/2019	1904	1.176,01
	6137428-85.2015.8.13.0024	30/12/2019	1905	1.186,14
	5075967-61.2017.8.13.0024	30/12/2019	1906	5.262,99
	5124818-68.2016.8.13.0024	30/12/2019	1907	1.319,66
	5000164-72.2017.8.13.0024	30/12/2019	1908	16.970,68
TOTAL				100.661,86

Elaboração: Hemominas/G.GCF.CON

1.1.3.8.2 Outros Créditos a Receber e Valores a
Curto Prazo – Intra OFSS.....R\$ 291.397,84

1.1.3.8.2.01 Crédito Financeiro a Receber – Unidade
Financeira Central.....R\$ 291.397,84

UNIDADE	CONTA AUXILIAR	SALDO (R\$)	JUSTIFICATIVA
2320002	201223213000101	320,00	O valor é decorrente dos restos a pagar da XXXXXXXXXX ⁽¹⁾ , referente aos empenhos 147/2012 (R\$80,00) e 447/2012 (R\$240,00), esse pagamento encontra-se pendente devido inconsistência bancária e encerramento de atividade da empresa, informam também que o processo está sob análise da procuradoria da Hemominas quanto a ação de depósito judicial.
2320002	20212321	2.536,40	O valor é decorrente de registros de CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA ARRECADADA sob nº 383, 384, 385, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393 e 394, que foram registradas no dia 10/01/2022, tendo como histórico de referência "Dae emitido fonte incorreta ou registrado em DDO para regularização da fonte de recursos".
2320002	202123213000951	288.541,44	O valor é decorrente da NLC 13203 de 07/01/2022 que tem como histórico de referência "NOTA DE LANCAMENTO CONTABIL AUTOMATICA PARA INSCRICAO DE COTA FINANCEIRA A REPASSAR"
TOTAL		291.397,84	

Fonte: Hemominas/G.GCF.CON

2.1.4 Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

1.1.5.6 Almojarifado.....R\$ 29.770.857,48

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXXX.

1.1.5.6.1 Almoxarifado – Consolidação.....	R\$ 29.770.857,48
1.1.5.6.1.01 Material de Consumo.....	R\$ 19.552.394,60
1.1.5.6.1.02 Medicamentos e Produtos Laboratoriais.....	R\$ 10.218.462,88

Demonstração Analítica Dos Estoques

Conta Contábil	Saldo (R\$)
1.1.5.6.1.01 - Material de Consumo	19.552.394,60
1.1.5.6.1.02 - Medicamentos e Produtos Laboratoriais.	10.218.462,88
TOTAL	29.770.857,48

Fonte: Balanço Patrimonial 2021

Conforme determinado no Decreto 44.948 de 14/11/2008 e na Portaria Conjunta SCCG/SEF SCRL/SEPLAG/Nº 774 de 28/11/2008, que dispõe sobre a Integração dos Sistemas SIAD e SIAFI, os lançamentos efetuados no sistema SIAD são automaticamente registrados no sistema SIAFI, portanto, pressupõe-se a inexistência de diferenças entre eles. Entretanto a certificação do saldo dos estoques é realizada mensalmente por meio do acompanhamento dos saldos dos sistemas SIAFI x SIAD.

Inventário de Consumo 2021

A “Comissão de Inventário de Material de Consumo” designada por meio da Portaria PRE nº 292, de 30 de agosto de 2021, em cumprimento ao Decreto nº 48.303, de 19 de novembro de 2021, que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2021, após a contagem dos materiais no Almoxarifado Central e consolidação das informações apuradas pelas comissões das Unidades Regionais, apresentou em seus relatórios os seguintes saldos:

Certificação Saldos Sistemas SIAD X Módulo Contábil	
Saldo do sistema SIAD Emitido em 03/01/2022 - Data base 31/12/2021	R\$ 29.258.062,28
Saldo do Módulo Contábil Emitido em 03/01/2022 - Data base 31/12/2021	R\$ 29.258.062,28

Fonte: Hemominas/G.GCF.CON

Esclarecemos que a divergência dos valores desta certificação com o saldo da conta contábil, indicado no princípio deste tópico, se refere a movimentação ocorrida no SIAD no período de ajuste contábil previsto no Decreto de Encerramento (48.303/2021).

Composição da diferença por unidade executora		
Unidade	Sobras (R\$)	Faltas (R\$)
Almoxarifado Central	8.366,34	19.701,48
TOTAL	8.366,34	19.701,48

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXXX.

Fonte: Elaborado pelo Setor de Contabilidade.

Neste sentido, a Gerência de Contabilidade e Finanças e a Gerência de Logística e Aquisições realizaram a certificação dos saldos finais apurados pela Comissão e recomendaram que fosse realizada a recontagem das faltas/ sobras e autorização para os devidos ajustes no SIAD. Entretanto informaram que parte do saldo de faltas no valor de R\$13.501,00 se deve a extravio de materiais em fase de apuração de responsabilidade. Cumpre ressaltar que havia ocorrido recontagem dos itens em 03/01/2022 e conforme informado pelo Responsável de Equipe do Almoxarifado Central as faltas e sobras são decorrentes de falhas operacionais de separação/ conferência no processo interno no Almoxarifado Central e referidos itens em apuração de responsabilidade.

Assim, em termos financeiros, o valor total das faltas de R\$ 19.701,48 em relação ao montante R\$29.258.062,28, registrado em estoque no encerramento do exercício, representa um percentual de faltas em torno de 0,067%.

2.2 Ativo Não Circulante

Compreende os ativos que têm expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

2.2.1 Ativo Realizável A Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

1.2.1.1 Créditos a Longo Prazo.....R\$ 1.977.476,22

1.2.1.1.1 Créditos a longo prazo – Consolidação.....R\$ 1.977.476,22

1.2.1.1.1.02 Clientes.....R\$ 1.977.476,22

O saldo representa os direitos a receber que irão vencer após o término do exercício seguinte, ou seja, todas as parcelas decorrentes dos Termos de Parcelamentos e notas fiscais vencidas que não possuem expectativa de recebimento que irão vencer após 31/12/2022.

UNIDADE EXECUTORA		SALDO (R\$)
2320007	Além Paraíba	3.000,00
2320011	Governador Valadares	110.297,07
2320012	Ituiutaba	14.564,34

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

2320013	Juiz De Fora	48.557,49
2320020	São João Del Rey	6.106,32
2320021	Sete Lagoas	124.809,51
2320022	Uberaba	27.188,10
2320023	Uberlândia	201.639,34
2320024	HBH	1.399.900,09
2320026	Poços De Caldas	41.413,96
TOTAL		1.977.476,22

Fonte: Armazém de Informações / SIAFI-MG.

1.2.1.3 Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo.....R\$ 8.268,08

1.2.1.3.1 Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo – Consolidação.....R\$ 8.268,08

1.2.1.3.1.01 Títulos e Valores Mobiliários.....R\$ 8.268,08

1.2.1.3.1.01.02 Ações em Carteira.....R\$ 8.268,08

O saldo corresponde aos valores das ações à época em que foram adquiridas as linhas telefônicas das empresas EMBRATEL- TELEMIG - CTBC, conforme tabela a seguir:

EMPRESA	Nº DE AÇÕES	TIPO DE AÇÃO
XXXXXXXX (1)	168.526	Ordinária
XXXXXXXX (1)	79.128	Preferencial
XXXXXXXX (1)	167.350	Preferencial
XXXXXXXX (1)	59.918	Ordinária
XXXXXXXX (1)	2.264	Preferencial

Fonte: Hemominas/G.GCF.CON

Cumprir informar que o saldo encontra-se em processo de atualização das informações, uma vez que as empresas passaram por diversas transformações societárias e a Fundação apesar de proprietária destes ativos tem dificuldade em obter os dados atualizados, junto ao banco ou mesmo das empresas.

2.2.1.1 Imobilizado

O saldo compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Demonstrativo do Imobilizado

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXXX.

CONTA CONTÁBIL	SALDO (R\$)
1.2.3.1.1.01 BENS MÓVEIS	54.142.520,47
1.2.3.1.1.04 BENS MOVEIS A TRANSFERIR	149.127,26
1.2.3.1.1.88.01 BENS MOVEIS A INCORPORAR	149.127,26
1.2.3.1.1.99.02 (-)BENS MÓVEIS A INCORPORAR/TRANSFERENCIA	-149.127,26
1.2.3.2.1.01 BENS IMÓVEIS	8.963.368,59
1.2.3.2.1.03 OBRAS EM ANDAMENTO	2.077.526,10
1.2.3.8.1.01 (-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	-8.428.632,17
TOTAL	56.903.910,25

Fonte: Balanço Patrimonial 2021

1.2.3.1 Bens Móveis.....	R\$ 54.291.647,73
1.2.3.1.1 Bens Móveis – Consolidação.....	R\$ 54.291.647,73
1.2.3.1.1.01 Bens Móveis.....	R\$ 54.142.520,47
1.2.3.1.1.04 Bens Móveis a Transferir.....	R\$ 149.127,26
1.2.3.1.1.88 Bens Móveis a Incorporar.....	R\$ 149.127,26
1.2.3.1.1.88.01 Bens Móveis a Incorporar.....	R\$ 149.127,26
1.2.3.1.1.99 (-) Bens Móveis a Incorporar por Transferência.....	(R\$ 149.127,26)
1.2.3.1.1.99.02 (-) Bens Móveis a Incorporar/Transferência.....	(R\$ 149.127,26)

Os registros contábeis relativos às contas de Bens Móveis ocorrem no momento das transações realizadas no módulo de Material Permanente do SIAD, que são realizados automaticamente mediante integração de procedimentos entre os sistemas SIAD e SIAFI, portanto, pressupõe-se a inexistência de diferenças entre eles. Contudo a certificação do saldo dos estoques é realizada mensalmente por meio do acompanhamento dos saldos dos sistemas SIAFI x SIAD.

Inventário de Bens Permanentes 2021

A “Comissão de Inventário de Bens Permanentes” designada por meio da Portaria PRE nº 292, de 30 de agosto de 2021, em cumprimento ao Decreto nº 48.303, de 19 de novembro de 2021, que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2021, após a contagem dos bens permanentes e consolidação das informações apuradas pelas comissões das Unidades Regionais, apresentou em seus relatórios os seguintes saldos e itens faltosos:

Análise dos Saldos do Sistema SIAD x SIAFI

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

Tipo de Bem	SIAD (R\$)	SIAFI (R\$)	Diferença (R\$)
Bens Próprios	54.294.245,84	54.294.245,84	-
Bens Cedidos a Terceiros - Cessão de Uso	1.345.191,29	1.228.951,01	116.240,28
Bens de Terceiros Recebidos em Comodato / Cessão de Uso	19.926.118,66	19.926.118,66	-

Fonte: Adaptado do Relatório Final – data base 31/12/2021 - da Comissão de Inventário de Bens Permanentes

Assim, a divergência no saldo dos bens cedidos e/ou em comodato no valor de R\$ 116.240,28, refere-se a bens cedidos entre Órgãos/Entidades que utilizam o SIAD e não geram saldo na conta contábil de controle do SIAFI conforme esclarecido pela SCCGDCC.

Relação de Bens Faltosos			
Unidade	Tipo de Bem	Quantidade	Valor Total (R\$)
Administração Central	Comodato	1	420,00
Administração Central	Próprio	1	1.205,40
Total Bens Faltosos		2	1.625,40

Fonte: Hemominas/G.GCF.CON

Diante disto, a Gerência de Contabilidade e Finanças e Gerência de Logística e Aquisições realizaram a certificação dos saldos finais apurados pela Comissão e recomendaram que fossem realizadas “as devidas avaliações para promover a identificação dos bens faltosos, visto que são passíveis de responsabilização dos detentores das cargas patrimoniais.” Em 14/02/2022 foi informado pelo setor de Patrimônio, através do Relatório Técnico nº 2/HEMOMINAS/G.GLQ.PTM/2022, que “após a apuração realizada foi certificado a localização dos dois itens apontados como faltosos (...) não restando nenhuma intercorrência no Inventário Anual de 2021”.

Insta esclarecer que o saldo, referente Bens Próprios, considerado pela comissão em seus trabalhos foi extraído do balancete emitido em 03/01/2022. Contudo ocorreu movimentação no SIAD durante o período de ajuste contábil, previsto no Decreto de Encerramento (48.303/2021), gerando assim uma divergência entre o saldo final apresentado pela comissão e o saldo constante no balanço patrimonial da entidade.

1.2.3.2 Bens Imóveis.....R\$ 11.040.894,69

1.2.3.2.1 Bens Imóveis – Consolidação.....R\$ 11.040.894,69

1.2.3.2.1.01 Bens Imóveis.....R\$ 8.963.368,59

ELEMENTO DA DESPESA	ITEM DA DESPESA	CÓDIGO DO IMÓVEL (SEPLAG)	CONTA CONTÁBIL	SALDO (R\$)
---------------------	-----------------	---------------------------	----------------	-------------

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

61	02	12396-8	14201020000 - BENS IMOVEIS	310.158,09
61	02	12400-8	14201020000 - BENS IMOVEIS	781.394,97
61	02	12733-2	14201020000 - BENS IMOVEIS	32.046,18
61	02	12401-6	14201020000 - BENS IMOVEIS	3.226.145,00
61	02	12408-1	14201020000 - BENS IMOVEIS	3.559.352,29
61	02	12405-7	14201020000 - BENS IMOVEIS	1.043.602,41
61	01	14018-6	14201020000 - BENS IMOVEIS	10.669,65
TOTAL				8.963.368,59

Fonte: SIAFI/MG.

RELAÇÃO DE IMÓVEIS PRÓPRIOS/VINCULADOS AO ÓRGÃO/ENTIDADE			
PROPRIEDADE	CÓDIGO DO IMÓVEL	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
PRÓPRIO	012396-8	NÚCLEO REGIONAL DE DIVINÓPOLIS	310.158,09
PRÓPRIO	012400-8	HEMOCENTRO DE GOVERNADOR VALADARES	781.394,97
PRÓPRIO	012401-6	HEMOCENTRO REGIONAL DE JUIZ DE FORA	3.226.145,00
PRÓPRIO	012405-7	HEMOCENTRO REGIONAL DE UBERLÂNDIA	1.043.602,41
PRÓPRIO	012408-1	NÚCLEO REGIONAL DE SETE LAGOAS	3.559.352,29
PRÓPRIO	012733-2	NÚCLEO REGIONAL DE ITUIUTABA	32.046,18
PRÓPRIO	014018-6	TERRENO CONSTRUÇÃO UNIDADE DE PATOS DE MINAS	10.669,65
TOTAL			8.963.368,59

Fonte: Comissão de Inventário de Bens Permanentes de 2021.

CERTIFICAÇÃO MÓDULO IMÓVEIS X SIAFI			
SIAD – MÓDULO IMÓVEIS		SISTEMA MÓDULO CONTÁBIL	
Imóveis Próprios/Vinculados ao Órgão/Entidade	R\$ 8.963.368,59	Bens Imóveis (Conta Contábil: 1.2.3.2.1.01)	R\$ 8.963.368,59

Fonte: Hemominas/G.GCF.CON

Considerando que a integração do sistema SIAD X SIAFI no novo módulo de bens imóveis da SEPLAG contempla uma série de documentos que comprovam o uso do imóvel, foi instituído uma comissão por meio da Portaria PRE nº 040 de 14 de fevereiro de 2014 para verificar a documentação legal e o valor do imóvel atualizado.

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

A documentação dos imóveis relacionados acima foi levantada e analisada por esta Comissão, o que permitiu o registro das informações e documentos no Módulo de Imóveis da SEPLAG, possibilitando a identificação, localização e caracterização dos imóveis próprios.

Mediante as alternativas de avaliação de imóveis disponíveis, convencionou-se a adoção do valor venal, sendo os valores atualizados com base nas informações disponíveis nas Guias de Recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

1.2.3.2.1.03 Obras e Instalações em Andamento.....R\$ 2.077.526,10

Saldo referente aos valores de obras em execução financeira pelo Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER/MG.

U.E	Nº OBRA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
2320006	8421	Projeto para ampliação do Cetebio	44.800,00
2320006	8571	Reforma de seis unidades e construção de duas novas sedes	1.203.607,78
2320006	8574	Reforma de cinco unidades e construção de três novas sedes	656.515,39
2320029	10311	Cetebio	130.157,67
2320029	11403	Cetebio	42.445,26
TOTAL			2.077.526,10

Fonte: Hemominas/G.GCF.CON

Cabe destacar que o montante referente a unidade 2320006 encontra-se em processo de certificação junto ao DER/MG para verificação quanto a manutenção dos saldos tendo em vista que não há movimentação recente e os contratos das respectivas obras já encontram-se encerrados.

1.2.3.8 Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas.....(R\$ 8.428.632,17)

1.2.3.8.1 Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas

– Consolidação.....(R\$ 8.428.632,17)

1.2.3.8.1.01 Depreciação Acumulada – Bens Móveis.....(R\$ 8.428.632,17)

Em novembro de 2019 foi realizada a reavaliação de todos os bens móveis de propriedade dos órgãos e entidades, visando garantir a implantação da depreciação dos bens e o cumprimento da Portaria STN nº 548/2015. Referido procedimento foi realizado conforme metodologia definida pelo grupo de trabalho, instituído pela Resolução Conjunta EF/SEPLAG nº 5.218/2018. A partir de então os registros ocorrem automaticamente e são acompanhados pelo setor de Patrimônio da Fundação com auxílio da SEPLAG.

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

2.2.1.2 Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

1.2.4.1 Softwares.....R\$ 838.431,20

1.2.4.1.1 Softwares – Consolidação.....R\$ 838.431,20

1.2.4.1.1.01 Softwares.....R\$ 838.431,20

3 PASSIVO

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

3.1 Passivo Circulante

Compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis. Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

3.1.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistencias A Pagar A Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

2.1.1.1 Pessoal a Pagar.....R\$ 7.148.027,40

2.1.1.1.1 Pessoal a Pagar – Consolidação.....R\$ 7.148.027,40

2.1.1.1.1.01 Salários a Pagar.....R\$ 7.148.027,40

2.1.1.1.1.01.01 Pessoal – Ativo.....R\$ 6.161.715,29

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

ANO ORIGEM	CREDOR	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	REGULARIZAÇÃO
2021	FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL (Doc. 172)	Saldo residual da folha referente Novembro/2021	2.268,79	Saldo anulado em 2022.
2021	FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL (Doc. 190)	Folha e ajuda de custo referente Dezembro/2021.	4.849.566,04	Pagamento ocorre no início do mês subsequente conforme autorização do Governo, sendo o saldo residual anulado em 2022.
2021	FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL (Doc. 194)		1.309.880,46	
TOTAL			6.161.715,29	

Fonte: Hemominas/G.GCF.CON

2.1.1.1.1.01.02 Pessoal Terceirizado/Substituição de Mão de Obra.....R\$ 986.312,11

ANO ORIGEM	CREDOR	HISTÓRICO	VALOR (R\$)	REGULARIZAÇÃO
2021	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (Doc. 169)	Saldo residual referente folha de Novembro/2021.	2.081,99	Saldo anulado em 2022.
2021	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (Doc. 179)	Saldo referente folha de 13º salário de 2021.	508,43	Saldo anulado em 2022.
2021	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (Doc. 186)	Saldo referente folha e ajuda de custo de Dezembro/2021.	272.193,93	Pagamento ocorre no início do mês subsequente conforme autorização do Governo, sendo o saldo residual anulado em 2022.
2021	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (Doc. 187)		711.527,76	
TOTAL			986.312,11	

Fonte: Hemominas/G.GCF.CON

2.1.1.4 Encargos Sociais a Pagar.....R\$ 297.295,81

2.1.1.4.1 Encargos Sociais a Pagar – Consolidação.....R\$ 297.295,81

2.1.1.4.1.01 Encargos Sociais a Pagar.....R\$ 297.295,81

2.1.1.4.1.01.01 Encargos Sociais – Ativo.....R\$ 115.639,50

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

HISTÓRICO	CREDOR	CNPJ	VALOR (R\$)
XXXXXXXX (1) PATRONAL DEZEMBRO 2021 - EFETIVOS	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (1)	XXXXXXXXXXXXXXXXX (1)	51.126,84
XXXXXXXX (1) PATRONAL DEZEMBRO 2021 - RECRUTAMENTO AMPLO	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (1)	XXXXXXXXXXXXXXXXX (1)	64.512,66
TOTAL			115.639,50

Fonte: Hemominas/G.GCF.CON

Cabe destacar que os pagamentos ocorreram em Janeiro/2022 nos respectivos vencimentos das despesas.

2.1.1.4.1.01.02 – Encargos Sociais – Terceirizado/ Substituição de Mão de Obra.....R\$ 181.656,31

HISTÓRICO	CREDOR	CNPJ	VALOR (R\$)
XXXXXXXX (1) PATRONAL FOLHA DEZEMBRO 2021 - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (1)	XXXXXXXXXXXXXXXXX (1)	5.807,82
XXXXXX (1) PATRONAL DEZEMBRO 2021 RECRUTAMENTO AMPLO - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (1)	XXXXXXXXXXXXXXXXX (1)	175.848,49
TOTAL			181.656,31

Fonte: Hemominas/G.GCF.CON

Cabe destacar que os pagamentos ocorreram em Janeiro/2022 nos respectivos vencimentos das despesas.

3.1.2 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

2.1.3.1 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo.....R\$ 289.028,35

2.1.3.1.1 Fornecedores e Contas a Pagar

Nacionais a Curto Prazo – Consolidação.....R\$ 289.028,35

2.1.3.1.1.01 Fornecedores e Contas a Pagar.....R\$ 289.028,35

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

O quadro a seguir demonstra o valor de fornecedores e contas a pagar por unidade executora.

ANO DE ORIGEM	UNIDADE EXECUTORA		SALDO (R\$)
2021	2320002	HEMOMINAS-DIV. FINANCEIRA	249.192,79
2021	2320007	UNID REG ALEM PARAIBA	952,00
2021	2320009	UNID REG DIAMANTINA	0,00
2021	2320010	UNID REG DIVINOPOLIS	5.316,99
2021	2320011	UNID REG GOVERN.VALADARES	3.727,35
2021	2320012	UNID REG ITUIUTABA	480,85
2021	2320013	JUIZ DE FORA	2.351,70
2021	2320014	UNID REGIONAL MANHUACU	0,00
2021	2320015	UNID REG MONTES CLAROS	8.329,60
2021	2320017	UNID REG PATOS DE MINAS	4.440,28
2021	2320018	UNID REG PONTE NOVA	166,20
2021	2320020	UNID REG SAO JOAO DEL REI	0,00
2021	2320021	UNID REG SETE LAGOAS	0,00
2021	2320023	UNID REG UBERLANDIA	881,25
2021	2320024	UNIDADE REGIONAL DE BH	0,00
2021	2320027	CETEBIO-LAGOA SANTA	13.189,34
TOTAL			289.028,35

Fonte: Módulo Contábil

3.1.3 Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

2.1.8.8 Valores Restituíveis.....R\$ 1.593.613,64

2.1.8.8.1 Valores Restituíveis – Consolidação.....R\$ 1.593.613,64

2.1.8.8.1.01 Imposto sobre a Renda Retido na Fonte.....R\$ 818.245,08

O saldo refere-se a competência de Dezembro/2021. Quitação ocorreu em Janeiro/2022 conforme vencimento da despesa.

2.1.8.8.1.02 Pensões Alimentícias.....R\$ 29.809,50

O saldo refere-se a competência de Dezembro/2021. Quitação ocorreu em Janeiro/2022 conforme vencimento da despesa.

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

2.1.8.8.1.03 Contribuições / Retenções / Descontos
para os Institutos de Previdência.....R\$ 206.382,35

HISTÓRICO	CREDOR	CNPJ	VALOR (R\$)
XXXXXXXX (1) FOLHA DEZEMBRO 2021 - CONSIGNAÇÕES.	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (1)	XXXXXXXXXXXXXXXXX (1)	126.343,02
XXXXXXXX (1) DEZEMBRO 2021 - CONSIGNAÇÕES .	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (1)	XXXXXXXXXXXXXXXXX (1)	78.185,44
XXXXXXXX (1) – RETENÇÕES NOTAS FISCAIS 2021	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (1)	XXXXXXXXXXXXXXXXX (1)	1.853,89
TOTAL			206.382,35

Cabe destacar que os pagamentos ocorreram em Janeiro/2022 nos respectivos vencimentos das despesas.

2.1.8.8.1.08 Depósitos de Terceiros.....R\$ 5.314,16

HISTÓRICO	ANO ORIGEM	SALDO (Em R\$)	SITUAÇÃO
Restituição de encargos, por atraso, realizada em fonte diversa da despesa executada	2021	2.536,40	Em processo de validação com o setor responsável para reprocessamento na fonte 60
Restituição devida a XXXXXXXX (1) efetuada a Fundação – encontrava-se em processo de avaliação do beneficiário de direito no encerramento do exercício	2021	2.757,55	Em processo de verificação do fluxo para restituição para a Fapemig.
Restituição de encargos a maior e em duplicidade efetuada por servidora	2021	20,21	Em processo de devolução para respectiva servidora
Total		5.314,16	

Fonte: Hemominas/G.GCF.CON

2.1.8.8.1.14 Devolução de Pagamento pelo Banco – Folha de Pessoal.....R\$ 0,07

O saldo de R\$ 0,07 se refere aos ARUT's - Aviso de Recolhimento Unidade de Tesouraria sob os números 2643 (parte) e 2676 registrados no dia 05/01/2022 e encontra-se em processo de regularização.

2.1.8.8.1.15 Custo de Processamento de Consignatários a Recolher.....R\$ 4.344,04

O saldo refere-se a competência de Dezembro/2021. Quitação ocorreu em Janeiro/2022

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

conforme vencimento da despesa.

2.1.8.8.1.88 Outros Valores Restituíveis.....R\$ 529.518,44

Este valor engloba as consignações das folhas de pagamentos referentes ao mês de Dezembro/2021 e retenções tributárias em notas fiscais que se encontravam em aberto no encerramento do exercício.

Em relação as retenções tributárias os valores referentes aos exercícios de 2015 a 2018 e parte de 2019 aguardam certificação do setor de execução financeira para manutenção dos saldos. E encontra-se em processo de conciliação contábil os saldos referentes 2019 (parte), 2020 e 2021 para posterior certificação do setor de execução financeira.

2.1.8.9 Outras Obrigações a Curto Prazo.....R\$ 38.620,67

2.1.8.9.1 Outras Obrigações a Curto Prazo – Consolidação.....R\$ 38.620,67

2.1.8.9.1.01 Investimentos..... R\$ 38.620,67

3.2 Passivo Não Circulante

Compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis. Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

3.2.1 Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no longo prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

2.2.8.9 Outras Obrigações a Longo Prazo.....R\$ 7.287.359,42

2.2.8.9.1 Outras Obrigações a Longo Prazo – Consolidação.....R\$ 7.287.359,42

2.2.8.9.1.01 Outras Obrigações a Longo Prazo.....R\$ 7.287.359,42

2.2.8.9.1.01.05 Sentença Judicial – Precatórios.....R\$ 7.287.359,42

2.2.8.9.1.01.05.02 Sentença Judicial – Precatórios posteriores a LRF.....R\$ 7.287.359,42

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

TRIBUNAL	ANO	NÚMERO PRECATÓRIO	SALDO EM 31/12/2020 (R\$)	INSCRIÇÃO	RECÁLCULO (NLC) / ATUALIZAÇÃO NAC	QUITAÇÃO FINANCEIRA ESCRITURAL	SALDO EM 31/12/2021 (R\$)
1	2009	4	37.020,00				37.020,00
1	2009	5	43.527,46				43.527,46
1	2009	6	152.183,24				152.183,24
1	2010	7	521.651,79				521.651,79
1	2010	8	6.649,52				6.649,52
1	2010	11	6.757,72				6.757,72
1	2010	14	541.535,00		56.364,28	119.797,63	478.101,65
1	2013	15	93.395,38				93.395,38
1	2014	16	52.024,64				52.024,64
1	2014	19	46.020,15				46.020,15
1	2014	20	35.139,21				35.139,21
1	2014	22	10.294,45				10.294,45
1	2014	25	46.536,50				46.536,50
1	2014	28	4.217,40				4.217,40
1	2014	29	7.125,84				7.125,84
1	2016	33	33.014,80		11.657,14	44.671,94	0,00
1	2016	34	20.649,82				20.649,82
1	2016	35	24.941,33				24.941,33
1	2016	36	41.357,44				41.357,44
1	2016	37	26.284,10				26.284,10
1	2016	38	36.177,51				36.177,51
1	2016	40	1.030,46			128,75	901,71
1	2016	42	78.215,87				78.215,87
1	2016	43	2.595,67				2.595,67
1	2016	44	17.883,64				17.883,64
1	2017	46	48.404,87				48.404,87
1	2017	47	23.662,32				23.662,32
1	2017	48	25.429,62				25.429,62
1	2017	50	46.721,74				46.721,74
1	2017	53	0,00		4.176,21	4.176,21	0,00
1	2017	2	216.268,79				216.268,79
1	2018	56	87.856,92				87.856,92
1	2018	57	35.075,86				35.075,86
1	2018	58	3.363,94				3.363,94
1	2018	59	44.514,99				44.514,99
1	2018	63	33.563,98			26.060,43	7.503,55
1	2018	64	26.942,62		-4.427,81	22.514,81	0,00
1	2018	65	43.611,45		-5.599,92	31.469,81	6.541,72
1	2018	66	0,00		4.619,19	4.619,19	0,00

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXXX.

TRIBUNAL	ANO	NÚMERO PRECATÓRIO	SALDO EM 31/12/2020 (R\$)	INSCRIÇÃO	RECÁLCULO (NLC) / ATUALIZAÇÃO NAC	QUITAÇÃO FINANCEIRA ESCRITURAL	SALDO EM 31/12/2021 (R\$)
1	2019	68	21.033,91		5.782,10	23.660,92	3.155,09
1	2019	69	844.207,58				844.207,58
1	2019	70	106.015,59				106.015,59
1	2019	71	36.966,81		-376,76	3.319,92	33.270,13
1	2019	72	4.856,87		-278,83	4.578,04	0,00
1	2019	73	40.652,13				40.652,13
1	2019	74	23.190,30		60.687,39	82.592,76	1.284,93
1	2019	75	23.183,99		59.408,77	82.592,76	0,00
1	2019	76	39.373,19		8.314,24	47.687,43	0,00
1	2019	77	37.968,56		7.942,14	45.910,70	0,00
1	2019	78	17.565,05		3.680,28	21.245,33	0,00
1	2020	79	18.271,53				18.271,53
1	2020	80	29.503,48				29.503,48
1	2020	81	29.425,45				29.425,45
1	2020	82	33.845,37				33.845,37
1	2020	83	21.842,55				21.842,55
1	2020	84	86.833,82		8.699,38	82.508,13	13.025,07
1	2020	85	35.630,76				35.630,76
1	2020	86	26.213,01				26.213,01
1	2020	87	18.332,83		2.800,88	18.383,79	2.749,92
1	2021	88		22.932,26			22.932,26
1	2021	89		23.022,90			23.022,90
1	2021	90		33.466,52			33.466,52
1	2021	91		77.420,73			77.420,73
Recálculo de sentença					223.448,68		223.448,68
Atualização conforme AGE			2.494.985,4		1.284.891,28		3.556.428,06
TOTAL			6.511.544,28	156.842,41	1.061.442,60	665.918,55	7.287.359,42

Fonte: Hemominas/G.GCF.CON

Até o ano de 2017 a Fundação registrou atualizações individuais dos precatórios conforme cálculo fornecido pela AGE, entretanto a partir de 2019 estas atualizações passaram a ser contabilizadas apenas através do ajuste anual da SCCG/SEF.

Portanto, o valor da atualização de R\$3.556.428,06 contempla as Notas de Ajustes Contábeis referentes aos exercícios de 2019, 2020 e 2021 com a finalidade de adequar os saldos contábeis do Passivo Exigível de Longo Prazo do Estado ao valor atualizado pela AGE.

Cumprе ressaltar que em 2022 foram encaminhadas quitações de precatórios pela AGE realizadas em 2021 que foram registradas no SIAFI somente em 2022 devido ao envio tardio.

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

4 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

4.1 Demais Reservas

2.3.6.1 Reserva de Reavaliação.....	R\$ 89.933,92
2.3.6.1.1 Reserva de Reavaliação – Consolidação.....	R\$ 89.933,92
2.3.6.1.1.01 Reserva de Reavaliação.....	R\$ 89.933,92

4.2 Resultados Acumulados

Compreende os superávits ou déficits acumulados quando administração pública.

2.3.7.1 Superávits ou Déficits Acumulados.....	R\$ 798.851.304,20
2.3.7.1.1 Superávits ou Déficits Acumulados – Consolidação.....	(R\$ 1.503.025.193,13)
2.3.7.1.1.01 Superávits ou Déficits do Exercício.....	(R\$ 217.097.038,77)
2.3.7.1.1.02 Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores.....	(R\$ 1.292.691.536,24)
2.3.7.1.1.02 Ajustes de Exercícios Anteriores.....	R\$ 6.763.381,88
2.3.7.1.2 Superávits ou Déficits Acumulados – Intra OFSS.....	R\$ 2.297.244.066,89
2.3.7.1.2.01 Superávits ou Déficits do Exercício.....	R\$ 305.268.296,40
2.3.7.1.2.02 Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores.....	R\$ 1.991.975.770,49
2.3.7.1.3 Superávits ou Déficits Acumulados – Intra OFSS – União.....	R\$ 4.632.430,44
2.3.7.1.3.01 Superávits ou Déficits do Exercício.....	(R\$ 622.784,02)
2.3.7.1.3.02 Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores.....	R\$ 5.255.214,46

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados constantes no presente relatório foram indicados conforme as contas do Ativo e Passivo do novo plano de contas, sendo apresentadas notas explicativas com o intuito de facilitar a compreensão dos usuários das informações contábeis.

Os saldos constantes neste relatório foram extraídos do Balanço Patrimonial que é emitido após o período de ajuste contábil, previsto no Decreto nº 48.303, de 19 de novembro de 2021 - que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2021. Desta forma, ocorrem algumas divergências em comparação aos saldos apresentados nos relatórios das “comissões de levantamento das dívidas de curto e de longo prazo e dos inventários físicos e financeiros” que realizaram seus trabalhos a partir da análise do balancete emitido em 03/01/2022 e portanto antes do término de referido período de ajuste.

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXX.

6 REFERÊNCIAS

AO SETOR, Manual de Contabilidade Aplicada. Público – MCASP. Secretaria do Tesouro Nacional. Brasília, DF, 8ª ed. Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018; Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018; Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 ; Portaria Conjunta STN/SOF/ME Nº 21, de 23 de fevereiro de 2021.

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000: Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964: Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. 2017.

DE CONTABILIDADE, CONSELHO FEDERAL et al. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. NBCs 16.1 a 16.11.

(1) Foram substituídos os dados de pessoas naturais ou jurídicas por XXXXXXXXXX.